



Anais da Assembléia

Nº 169

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 04 DE JANEIRO DE 1978.

ANO III

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 259ª SESSÃO ORDINÁRIA

(Convocação Extraordinária)

REALIZADA EM 4 DE JANEIRO DE 1978

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e José Domingos Scarpelini.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário da Casa, dispensa de publicação da Redação Final dos Projetos de Resolução números 12/77, 40, 255, 377, 378, 380, 203, 331/77.

Sala das Sessões, em 4 de janeiro de 1978.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos desta Casa, voto de pesar pelo falecimento do Senhor JOÃO ZAIONS.

O extinto era industrial e comerciante em Malé, cidade em que colaborou para o progresso, onde deixa grande lacuna.

Outrossim, dê-se ciência do mesmo à família enlutada.

Sala das Sessões, em 4 de janeiro de 1978.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça constar na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de congratulações para com a CACIQUE DE EMBALAGENS

S.A. — Ind. e Com., sediada no Município de Londrina, tendo em conta o extraordinário exemplo prestado, quando ao concluir o ano de 1977, não teve um único acidente de trabalho registrado.

Dedicando-se à fabricação de tecidos e sacos de fio trançado de polipropileno, mantendo em funcionamento cem teares, vinte e quatro horas por dia, a notícia de ter vencido todo o ano sem um único acidente, deve ser motivo para um destaque especial.

Deve-se ter em conta o risco que tais máquinas oferecem a seus operadores e somente através de medidas de proteção realmente seguras é que se admite resultados tão expressivos como os alcançados.

Estamos seguros de que esta Casa oferecerá seu apoio-unânime à presente proposição, pelo significado magnífico das normas utilizadas pela referida indústria.

Sala das Sessões, em 4 de janeiro de 1978.

(a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem à Mesa, ouvida a Casa, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, expediente no seguinte teor:

Senhor Presidente:

Na perspectiva de abrir-se vacância de um cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, com aposentadoria de um de seus membros, a Assembléia Legislativa do Paraná, em nome do povo deste Estado, toma a liberdade de vir a Vossa Excelência para formular indicação que considera uma contribuição ao enriquecimento de nossa Alta Corte, sugerindo, para o preenchimento da vaga, o nome do ilustre jurista e Senador Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho.

O renome deste paranaense, graças ao seu trabalho no Congresso Nacional, durante mais de vinte anos, e sua atuação destacada como membro e presidente da Comissão de Justiça do Senado, credenciam-no de sobejo para o alto cargo, como participante da elaboração, ou mesmo da autoria, de quase toda a legislação hoje em vigor no País.

É de se lembrar ainda, a Vossa Excelência, que jamais o Paraná teve a honra de ver um de seus juristas integrando o Supremo Tribunal Federal, o que desmerece injustamente a sólida cultura jurídica deste.

Na certeza de haver formulado a Vossa Excelência uma sugestão valiosa e justa, o povo paranaense, através desta Assembléia Legislativa, espera regozijar-se com o atendimento deste apelo a louvar, como em todas as oportunidades, a sensibilidade de Vossa Excelência para com justas reivindicações.

Sala das Sessões, em 3 de janeiro de 1978.

(a) ERONDY SILVÉRIO

APOIAMENTOS: Aginaldo Pereira Lima, Fuad Nacli, Augusto Carneiro, Jurandir Messias, Egon Pudell, Luiz Roberto Soares, Dácio Leonel, Gilberto Carvalho, Basílio Zanusso, Ezequias Losso, David Federmann, Enéas Faria, Accioly Neto, Francisco Escorsin, Adalberto Daros, Osvaldo Macedo, Ivo Thomazoni, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Ernesto Gnoato, Fidelcino Tolentino, Waldenício Barbalho, Valter Pietrângelo, Maurício Fruet, Domício Scaramella, Lineu Turra, Deni Schwartz, Del Ciel, Edilson Alencar, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, sejam enviados ofícios aos Srs. Ministro da Agricultura - Delegado do Ministério da Agricultura em nosso Estado e Secretário da Agricultura do Paraná, solicitando sejam liberadas, para plantio de frutas cítricas, as terras litorâneas das cidades de Guaratuba, Paranaguá, Matinhos, Antonina, Morretes e Guaraqueçaba, ora interditadas sob a alegação da ameaça do cancro cítrico - que, felizmente, ali não foi constatado pelos que se dedicam, mesmo sem financiamentos ou qualquer espécie de ajuda ou orientação ao plantio dessas frutas.

Sala das Sessões, em 4 de janeiro de 1978.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

JUSTIFICATIVA:

O nosso requerimento tem o objetivo de despertar as autoridades federais e estaduais para um problema que se reveste, a nosso ver, de grande importância - e é fundamental para o incentivo aos que se dedicam ao plantio de frutas cítricas na nas cidades do litoral paranaense. A verdade é que, face à interdição ora existente, não conseguem os agricultores financiamento junto às entidades de crédito ou qualquer outra espécie de incentivo, o que não ocorre nas cidades litorâneas do vizinho Estado de São Paulo - que já obtiveram, por certo a necessária liberação - ou seja - a suspensão da interdição que por sobre elas pesava.

Os citricultores paranaenses sentem-se, por isso mesmo, injustiçados e desejam que urgentes providências sejam tomadas - visando amparo para esse tipo de cultura, mesmo porque, as terras do litoral paranaense são bem propícias ao plantio das frutas cítricas e os que a ela, atualmente se dedicam, lutam com inumeráveis dificuldades, face à interdição existente - medida essa que deve ser revista, de imediato - dando-se tratamento análogo ao que se concede aos citricultores paulistas, cujas terras foram, em tempo, liberadas pelas autoridades competentes, permitindo-lhes desfrutarem de todas as regalias e benefícios do crédito e do incentivo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado veemente apelo à Sua Excelência o Senhor Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, no sentido de ser determinado com urgência, a reforma, ampliação e reparos no prédio onde funciona o Fórum da Comarca de Jandaia do Sul.

Tal apelo se faz, tendo em vista as precárias condições em que se encontra o prédio do Fórum, destacando-se entre os demais prédios da cidade; bem como a necessidade da sua ampliação, face ao crescente desenvolvimento daquela Comarca.

Sala das Sessões, em 4 de janeiro de 1978.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Governador Jayme Canet Júnior, solicitando as seguintes informações:

1 - Informar se o Governo do Paraná executou alguma obra viária ligando a BR-277 à Fábrica de Cimento Itambé.

2 - Em caso afirmativo, esclarecer o tipo da obra, custo, a época em que foi construída, as razões de interesse público que levaram o Governo a permitir sua edificação, e outras informações inerentes.

Sala das Sessões, em 4 de janeiro de 1978.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

A distância do trecho BR-277/Fábrica de Cimento Itambé, segundo Mensagem do Executivo, enviada à esta Casa, é de 25 quilômetros. Qualquer obra viária destinada ao melhoramento desse trecho, importaria em considerável montante financeiro. Que justificativa teria o Governo elaborado para classificar a prioridade, principalmente tendo em conta, que se trataria de obra pública de interesse particular a favorecer uma empresa inteiramente privada.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI NÚMERO 1/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica oficializada a música "VENHA VER", de autoria do compositor Victor Bass, como o Hino Turístico do Paraná.

Art. 2º - O Governo do Estado do Paraná fará baixar instruções para que o Hino Turístico do Paraná seja executado em todas as solenidades oficiais ligadas ao turismo paranaense e que conste de todas as publicações para divulgação das coisas do Estado.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de janeiro de 1978.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Note-se que também nesse campo, o Paraná apresenta uma lacuna não verificada em diversos outros Estados da União. Guanabara, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Minas Gerais e outros, têm suas coisas decantadas em hinos que já se tornaram de domínio público, sendo folclóricos alguns até.

O Paraná é, sem sombra de dúvida, um Estado soberbamente aquinhado pela Natureza que o dotou de pujantes atrações que vão desde lindas praias, às misteriosas formações rochosas de Vila Velha, aos prodigiosos saltos de Guaíra e Foz do Iguaçu.

Pretende-se com o projeto de lei presente, oferecer ao Poder Público, as necessárias condições legais e o respaldo desta Casa para que sejam criados meios reais para uma efetiva divulgação do portentoso manancial turístico paranaense.

Victor Bass, renomado compositor paranaense, patenteando seu amor à nossa terra, nos lega, de sua inteligente lavra, o hino "VENHA VER". É um irresistível convite a brasileiros e estrangeiros para que conheçam as deslumbrantes maravilhas de nosso Estado.

De fácil aprendizado, "VENHA VER" será cantado em nossas escolas, executado por nossas Bandas nas solenidades ligadas ao turismo e será assobiado nas ruas. "VENHA VER" já foi gravado em disco, sendo seu primeiro intérprete o cantor paranaense Natinho. Nossas emissoras de rádio levam "VENHA VER" ao ar, várias vezes ao dia.

Tornar oficial "VENHA VER" como hino turístico do Paraná é, inegavelmente, uma elevada demonstração de orgulho pelos presentes a nós legados por Deus. Hombrear-nos-emos aos Estados irmãos que de há muito cantam suas coisas. Deve-se ressaltar ainda o quanto representa para o impulsionamento da indústria turística em nosso Estado, a oficialização de "VENHA VER".

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). - Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mais uma vez voltamos à tribuna desta Casa, para denunciar um fato lamentável que está acontecendo na região Oeste do Paraná.

Como é do conhecimento de todos, o Grupo Frimesa, que em dezembro passado, foi requerida a concordata, deixou em toda aquela região, um lastro de desalento e que, agora, está fadada a se transformar numa calamidade.

A denúncia que está nos chegando é de que principalmente, ao setor da suinocultura no que tem o Grupo Frimesa, o Frigorífico Rondon, na cidade do mesmo nome; e pelo que nós estamos sendo informados, o desespero dos suinocultores se estende além das fronteiras do Município de Rondon, em toda aquela área do Oeste do Paraná, atingindo também o Sudoeste do Paraná, em que os produtores, os suinocultores, ao entregar os suínos ao Frigorífico Rondon, avalisaram as promissórias rurais e, hoje, os Bancos estão indo para cima desses lavradores. E o nosso agricultor, o nosso lavrador, que é vítima de quase todas as medidas que se toma neste País, quase tudo o que se faz, em benefício de outros em outra faixa, é quase sempre em detrimento da agricultura brasileira.

E mais uma vez, para se sair de um prejuízo vêm agora os Bancos em cima do lavrador que, exclusivamente, devido a um critério, famigerado critério, diga-se de passagem, em que ele que entrega o produto e ainda é obrigado a avalisar a promissória rural, trazendo com isso, na região de Rondon, na região Oeste do Paraná, como nós já dissemos, uma situação de intranquilidade. Pois muitos daqueles lavradores, daqueles proprietários, que tiveram que adquirir as suas propriedades, à custa dos maiores sacrifícios; que deixaram outros Estados acreditando no Paraná, agora poderão com as medidas que estão se anunciando naquela região, perderem essas propriedades.

E tentando, Sr. Presidente, que medidas de apoio a estes homens, sejam tomadas é que nós estamos endereçando um requerimento ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, para que ele interceda em favor desta região. Cujo teor do requerimento passaremos a ler: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Jayme Canet Júnior, conforme o exposto acima.

Sala das Sessões, em 4 de janeiro de 1978.

(a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

Como é do conhecimento geral, o GRUPO FRIMESA S/A teve a sua concordata decretada em dezembro próximo passado, deixando inúmeros débitos a serem habilitados. Todavia, entre estes débitos, constam a quantia de 11,5 (onze e meio milhões de cruzeiros), sendo 4 (quatro) milhões de cruzeiros no BANCO DO BRASIL S/A., 5 (cinco) milhões de cruzeiros no BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A., e 2 (dois) milhões de cruzeiros no BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A., (isto somente no Município de Marechal Cândido Rondon) representados pelas Notas Promissórias Rurais, sendo credores centenas de agricultores. Acontece que as referidas Notas Promissórias, foram descontadas junto às agências dos referidos Bancos, como garantia subsidiária o aval dos agricultores. Cabe salientar que os créditos referem-se à entrega de produtos agrícolas ao GRUPO FRIMESA, e, principalmente a entrega de suíno ao Frigorífico Rondon S/A.. A responsabilidade, principalmente do suinocultor, começa a preocupar os setores classistas da região, quem em reunião recente, realizada sob os auspícios do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marechal Cândido Rondon, tomando posição em defesa dos produtores. Naquele encontro onde compareceram centenas de credores, também ficou constatado que muitos são avalistas de Notas Promissórias que ultrapassam a 1 (um) milhão de cruzeiros cada uma, e que a única maneira de saldar com o aval, é entregando suas propriedades aos mencionados Bancos. Por outro lado, muitos se mostram inconformados com os Bancos, que não se preocuparam em protestar os títulos, muitos dos quais vencidos a mais de 6

(seis) meses, e somente agora é que querem colocar mais estes ônus em cima dos agricultores, já tão sacrificados. Assim sendo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, e por se tratar agora de assunto de urgência, e pela atitude daquelas instituições bancárias, que levará ao caos toda a região daquele município e municípios circunvizinhos, inclusive com a bancarrota de centenas de agricultores, com a perda de suas propriedades, achamos por bem, rogar a intervenção de sua Excelência, o Senhor Governador Doutor Jayme Canet Júnior, junto àquelas instituições bancárias, pois acreditamos ser de interesse do Estado, em preservar os interesses destes nossos agricultores, que são o sustentáculo de quase toda a economia paranaense.”

Era o que constava, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Alfredo Gulin, inscrito.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apesar do grande número de salas de aula que têm sido construídas pelo Prefeito da Capital e pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Educação e da FUNDEPAR, ainda há, localidades onde há falta de salas de aula.

Nós entendemos que preparar as crianças e jovens, através da educação, é imprescindível, para o progresso e desenvolvimento do Estado.

E acabo de receber um abaixo-assinado com nada menos de duas mil assinaturas, solicitando a construção de uma unidade escolar, da primeira a oitava série do primeiro grau. Assim, passo a fazer a leitura do requerimento que vamos encaminhar, e solicitamos aos nobres Pares, o seu apoio para a sua aprovação. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer, ouvida a Casa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação e Cultura, no sentido de que atenda a reivindicação constante do abaixo-assinado em anexo, com aproximadamente 2.000 assinaturas, através do qual, os moradores dos bairros de São Braz, Nova Orleans, Santo Inácio e Santa Felicidade, solicitação da construção de uma unidade escolar para a quinta a oitava série do primeiro grau.

Requer outrossim, seja enviada cópia do abaixo-assinado que se encontra anexo ao presente, às autoridades acima mencionadas.

Sala das Sessões, em 4 de janeiro de 1978.

(a) ALFREDO GULIN

JUSTIFICATIVA:

Os Bairros de São Braz, Nova Orleans, Santo Inácio e Santa Felicidade sempre foram bastante populosos e agora então, em razão principalmente da Cidade Industrial, tem crescido rapidamente, e a cada dia são levantadas inúmeras moradias.

Há um número muito grande de crianças em idade escolar e a Unidade Escolar na faixa etária relativa a quinta e oitava série fica muito distante, dificultando a locomoção das crianças que a freqüentam, acrescentando-se ainda que o número de salas é insuficiente para atender a quantidade de alunos.

Um dos maiores objetivos do nosso atual governo, é justamente incentivar a educação, assim a reivindicação daqueles moradores é que seja construída com urgência uma unidade escolar para a primeira a oitava série, que muito beneficiará os moradores daqueles bairros.

Assim, solicitamos a aprovação do presente.”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fideicino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Depu-

tados.

É constrangedor para este representante da região Oeste do Paraná, pela Oposição, ser premido pelas circunstâncias e vir a esta Tribuna, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a lamentar, mais uma vez, a postura que adotou a maior federação de cooperativas da região Oeste do Paraná, a chamada COTRIGUAÇU.

Denunciei, ou melhor, informei à Casa e ao povo paranaense, que há cerca de 4 meses a direção daquela Cooperativa, ou daquela COTRIGUAÇU, estaria em Brasília a negociar 1 milhão de hectares com o INCRA, no Norte do Mato Grosso, no atual Mato Grosso, ou no futuro Estado do Mato Grosso do Norte.

Ocorre, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que, há mais de 20 anos a população que trabalha na agricultura, naquela região, formou um dos mais significativos capitais, uma das fontes mais significativas da produção agrícola deste Estado do Paraná. E estas famílias vêm claudicando na parte dos pequenos agricultores, as quais acabam de ser tomadas de assalto, agora, com a aquisição dessa grande área, no Mato Grosso. E essa Cooperativa que congrega mais de 25.000 associados — segundo informação de cooperados — está a impingir, na limitada idéia, no limitado pensamento dos pequenos agricultores, a motivação de vender suas propriedades no Noeste do Paraná e se transferirem para o Norte do Mato Grosso, com a vantagem de ocuparem uma área maior naquela unidade federativa.

E, segundo denúncias das correntes oposicionista da região, os grupos interessados na compra dessas pequenas áreas dos grupos interessados em manipular para transformar essas pequenas áreas em grandes fazendas, estão a impor, praticamente, essa coação psicológica para que haja venda dessas propriedades, operando-se, assim, a transferências de centenas de famílias.

É lamentável, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que o agricultor, que deu ao Estado do Paraná toda a sua vitalidade, toda a sua contribuição, toda a sua força, para que este Estado recebesse e merecesse a pujança e o crescimento que hoje detém no concerto dos Estados Brasileiros, sofra, agora, depois de contribuir depois de se transformar, depois de suas forças estarem fraquejadas, este tipo de negócio e seja obrigado a mudar-se do Paraná, sabendo-se que o homem é apegado à sua terra, à sua pequena propriedade.

E esses grupos encastelados numa cooperativa que faz parte de uma filosofia do Governo, que busca formar conglomerados que detêm todos os poderes, sejam econômicos, políticos ou sociais, atuam de forma desumana e condenada.

Agora, Sr. Presidente, esses detentores da COTRIGUAÇU, vinculados aos detentores dos poderes políticos da região, manipulando com a força econômica e financeira dessas cooperativas, postulam de forma a alcançar vantagem nessas transações, que são estranhas às cooperativas, e esses interesses podem ser esclarecidos através de análise, no comportamento dessa atuação que já vem de longos anos. É preciso que o Governo tome conhecimento e coloque um paradeiro nessa situação. E o Governo que tem legítimo interesse para equacionar o problema de ordem social, na região, para evitar o inevitável êxodo e o desequilíbrio na produção do setor agrícola.

E mais, Sr. Presidente, lamentando o curto espaço que tenho para oferecer este diagnóstico, ainda recentemente, recebi telefonema de um Vereador de Cascavel, informando que a COTRIGUAÇU está a confabular com a alta cúpula da FRI-MESA que, ainda recentemente entrou em concordata, com outras grandes firmas que pertencem ao Grupo Ruaro-Dalcanale.

É lamentável que se estabeleça um novo confronto entre o pequeno e o grande agricultor, como acabou de dizer o eminente Deputado Lázaro Dumont, sofrendo, assim, os chicotes dessa incúria e descaso por parte do Governo, e talvez, venham agora, os indefesos trabalhadores, sofrer mais essa represália

de grupos interessados em se apoderarem, em se encastelar em todos os negócios que tenham vinculação com a agricultura.

Sr. Presidente, lamento não poder sequer construir o meu raciocínio, mas deixo aqui, parafraseando, o sentido e o objetivo daquilo que se poderia dizer a respeito desses grupos que lá estão protegidos pelo Governo, e protegidos por uma legislação que o Governo Revolucionário tenta impor para manter o controle dos poderes econômicos de todas as regiões do País. O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós estamos utilizando este período extraordinário em que a Assembléia Legislativa está convocada, para deliberação de uma série de assuntos. E, na utilização deste tempo, nós estamos com a preocupação voltada para um setor da economia paranaense que deve trazer uma série de dores de cabeça para os empresários rurais do Paraná.

Nós estamos levantando dados e, infelizmente, não foi possível e não será possível ter estes dados catalogados ainda no decorrer desta semana. Mas acredito que até a próxima semana, nós teremos estes dados em mãos. E o assunto que nos causa uma preocupação muito séria e muito grande, Srs. Deputados, é uma coisa que já está se tornando rotineira neste País. Quando a imprensa começa a vincular pequenas notas esparsas, tentando desmoralizar um certo setor da produção nacional, sabe-se que atrás destas notas esparsas, deve, necessariamente, vir mais uma tempestade sobre o povo brasileiro.

Assim nesta semana, entre o Natal e o Ano Novo, alguns órgãos da imprensa nacional de grande porte, esporadicamente, acabaram por publicar quadros comparativos quanto ao custo do trigo brasileiro produzido no Paraná e no Rio Grande do Sul, e o custo do trigo importado para suprir as necessidades do mercado interno brasileiro.

Parece-me que estas notas têm endereço certo. Mas parece também claramente, que há uma inteligência mentora por trás destas notas, que é a ganância, que é a onipresença e a onipotência do imperialismo econômico externo representado neste País pelas multinacionais. E tentam mostrar e tentam provar que o País, neste ano de 1977, que se findou, gastou cerca de 500 milhões de dólares para importação da suplementação de trigo necessária ao consumo interno brasileiro.

E computando o custo, por tonelada, deste trigo importado, arbitram este custo, em cerca de 90 a 92 dólares a tonelada, enquanto enfatizam, por outro lado, que, o trigo brasileiro produzido no Paraná e produzido no Rio Grande do Sul, especialmente, está custando, ao nosso povo, a importância de 218 dólares, a mesma tonelada.

E mais adiante, há uma conclamação nessas notas, de que, seria de ser estudada a conveniência, ou não, de se gastar 1 bilhão e 600 milhões de dólares, para a produção desse trigo, internamente, ou, então, o gasto de apenas 500 milhões de dólares, para a importação desta suplementação.

A produção deste País está sendo asfixiada pelas regras do jogo que as multinacionais estabelecem; são elas que estabelecem as regras do mercado; são elas que estabelecem a demanda dos insumos usados para essa produção; são elas que estabelecem a forma da mecanização dessas lavouras. E ainda hoje, em nota publicada na imprensa nacional, o Sr. Ministro da Fazenda, Sr. Mário Henrique Simonsen vem a público, ameaçando o corte do subsídio, para o trigo nacional. Promete fazê-lo em pequenas parcelas, de forma a não tornar sensível a alta decorrente do corte de subsídio.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência novamente lamenta informar V. Exa., interferindo, desta maneira, no raciocínio de V. Exa., que, o tempo que V. Exa. dispunha, já se esgotou; V. Exa. tem 1 minuto para concluir.

O SR. RENATO BERNARDI — Concluirei, Sr. Presidente, e agra-

deço a deferência.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu concluo, dizendo: com o trigo subsidiado, o pão tornou-se um alimento ausente e distante das mesas da classe D e da classe C deste País, e me parece que, se o Governo autocrático que se instalou neste País, cortar o subsídio, então, o pão desaparecerá, também, das mesas de classe B.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)
O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Edilson Alencar, inscrito.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): “O Sr. Governador do Paraná, através da sua liderança nesta Casa, apresentou as razões porque não remeteu ainda, mensagem a este Poder, contendo o aumento do funcionalismo público estadual.

Na realidade, tanto o Governo como nós Deputados, estamos revelando uma grande preocupação com a sorte dos servidores estaduais, cujos vencimentos e salários se deterioraram rapidamente neste período de recessão econômica.

Há razões para essa antecipação?

Certamente que há, pois que a inflação “contida pelo Ministro da Fazenda”, ataca de preferência as classes trabalhadoras, funcionários públicos e empregados de baixa renda, e, quando são concedidos aumentos salariais, vêm apenas como uma reposição parcial de 4 por cento ao mês, que lhes são tomados nos meses seguintes, até o próximo aumento.

Inflação contida e economia desaquecida, na verdade não são assuntos do interesse do povo. Nada lhes perguntam, e nada têm que ver hoje, com esses problemas da alquimia do Governo do milagre. Mas, as classes populares sofrem seus efeitos, e isso é o que conta.

Mas, Srs. Deputados, se não for concedido agora, mesmo, com a maré baixa de arrecadação estadual, talvez, o ano que vem nos reserve surpresas. O homem de quem nos parece depender o destino, o Sr. Mário Henrique Simonsen, afirma que teremos a continuação do arrocho. Enquanto o Ministro Shigeaki Ueki sorri e fala de nossas excelentes reservas e do futuro promissor, o Ministro Mário H. Simonsen — que deve ser um pessimista congênito — fala do arrocho. E quando ele fala em aberto, sabemos como fica a conta...

Vivemos uma situação de grandes expectativas de mudanças, mas no plano econômico não há esperanças para 1978. E então sabemos que se os servidores públicos receberem aumento em março, poderão ser convidados ao esforço nacional, com 30 por cento de aumento, bastante abaixo dos 40 por cento da inflação previstos e sem nenhuma reposição salarial.

Se o Sr. Governador pretende, em seu último ano de administração, fazer justiça ao funcionalismo, deve corrigir algumas distorções, como a do magistério e dos procuradores do Estado e, pelo menos, contribuir com 20 por cento para reposição salarial, que fazem jus os servidores do Estado. Faço mesmo uma sugestão ao Sr. Governador — aproveite este período e faça a correção de 20 por cento sobre os vencimentos e salários dos servidores públicos, aproveitando a ínfima parcela dos 30 por cento do orçamento — verba sem destino certo e não sabido, — para corrigir uma situação de injustiça. E, então, no mês de março, poderia mandar a mensagem do aumento com os percentuais estabelecidos nas estatísticas dos Ministros Mário Henrique Simonsen e Arnaldo Prieto, que comemorarão, sem dúvida, o 1º de Maio.

Esse adiantamento que, na verdade, seria a correção salarial, seria muito bem vindo à bolsa dos servidores, que se enfrentam com grandes dificuldades. Justo, necessário e oportuno.

Em verdade que, sem ter os magnos problemas da Administração Estadual, a nível de problemas geograficamente limitados, a Prefeitura de Assis Chateaubriand deu um importante passo em suas relações com os servidores municipais.

Não é um exemplo, apenas uma referência para que o Sr. Governador veja como alguns administradores municipais se antecipam em leis sociais e nas relações com seus servidores, comparados com administradores estaduais e federais.

O Prefeito Koite Dodo, de Assis Chateaubriand, logo depois de assumir o Executivo Municipal, analisou a situação dos funcionários e concluiu que de nada adiantava modernizar e ampliar recursos a servidores públicos, sem levar em conta o homem, causa primeira do desenvolvimento. Não mediu esforços até pôr os vencimentos e salários em dia. E, neste Natal, completou — sem estardalhaço, mas como ato público de afirmação de direitos — um aspecto importante de sua política municipal: pagou os salários e vencimentos e, o 13º. a todos os servidores e, entregou ainda, com grande espírito de amizade e fraternidade, em festa natalina, uma cesta de provisões de Natal a cada servidor.

Emocionados, os servidores municipais e os presentes fizeram questão de manter a festa e as relações no nível da amizade e fraternidade que deve presidir esses momentos. Servidores chegaram a chorar de emoção, não por dádiva, mas porque estavam recebendo justiça e reconhecimento. Mais de 600 servidores puderam pensar a partir de agora, em novas relações humanas e profissionais, num município que não é grande, em uma administração que não é rica e, não tem excedentes orçamentários.

Uma atitude que pode frutificar...”

Era só.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Consulto a liderança do MDB, sobre se deseja ocupar o horário reservado à sua bancada.

O SR. ENÉAS FARIA — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Da mesma forma consulto a liderança da ARENA, aliás já com uma definição. Para ocupar o horário reservado à ARENA, concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lendo): “Na sessão de ontem desta Casa Legislativa, ao tratar do projeto de lei em exame, pudemos ouvir uma série de críticas ao Governo, como fundamento a negativa à autorização solicitada para o empréstimo ou financiamentos pretendidos pelo Poder Executivo.

Na verdade, a própria Mensagem Governamental é clara na destinação dos recursos, pois objetiva atender o setor rodoviário, na execução do plano estadual de obras rodoviárias, no setor de saneamento, visando a integralização de capital da SANEPAR, no setor de combate à erosão, visando complementar recursos do Estado no projeto de combate à erosão urbana na região do Arenito Caiuá, bem como no setor educação, na área agrícola, visando a construção de escolas agrícolas.

Se fôssemos usar da voz demagógica, talvez pudéssemos fazer um verdadeiro comício, alegando que o voto contrário à Mensagem, nada mais representaria do que votar-se contra a construção das escolas agrícolas... votar-se contra os auxílios para combate à erosão... votar-se contra a construção de novas estradas.

Mas na verdade não é essa a nossa intenção.

Mas não podemos também concordar com a crítica, quando nela só se vislumbra a conotação política.

Ontem aqui negou-se tudo, como se o Governo nada tivesse realizado, quando todos somos sabedores de que existem obras do Governo neste Paraná, por inteiro.

E quem corre o Paraná, certamente tem sentido junto à sua população o extraordinário crescimento da imagem do Governador Jayme Canet Júnior.

Talvez na excelente imagem do Governador esteja o espinho que incomoda a Oposição.

Falar sobre o que o Governo tem feito neste Estado é

motivo para se ocupar a tribuna durante dias.

Falou-se muito nos municípios que são dirigidos por Prefeitos do MDB e que por essa razão não têm sido assistidos. Talvez Londrina pudesse ser um exemplo.

Londrina que há dez anos é dirigida por homens de oposição. Londrina que tem sido o maior reduto do MDB.

Certamente Londrina nada recebeu do Governo, seja em obras, seja em atendimentos.

Este seria o raciocínio lógico, tendo por base aquilo que ouvimos na tarde de ontem.

Como um dos representantes daquele município entendi que era chegado o momento de pelo menos fazer uma certa prestação de contas, pelo muito que temos pedido e pelo que Londrina tem recebido do Governo Canet Júnior.

Um dos setores mais atacados foi o sistema de abastecimento de água.

Londrina entregou à SANEPAR tal setor, num dos momentos mais cruciantes, tudo em função de falta de planejamento do próprio governo municipal, pois quando Hosken de Novaes deixou a Prefeitura em 1.968, deixara tudo preparado para a construção dos reservatórios Bandeirantes e Santos Dumont, já que o colapso era iminente.

Quatro anos depois, já na administração da Oposição, a situação era a mesma.

Foi quando no Governo Richa a SANEPAR assumiu o comando.

É evidente que encontrou uma situação mais grave ainda.

Partiu de imediato para a construção dos reservatórios, concluindo em abril de 1.976, a construção do Reservatório Bandeirantes com capacidade para sete milhões e 500 mil litros e na mesma época concluiu a construção do Reservatório e Elevatório Santos Dumont com capacidade para cinco milhões de litros, além da construção em ambos, das casas de bombas devidamente equipadas.

Basta que se diga que nessas duas obras foram investidos pela SANEPAR mais de 15 milhões de cruzeiros.

E para completar tal sistema, o destaque para as obras de ampliação da rede de distribuição de água com previsão de 7.500 ligações, para uma extensão de 119 mil metros lineares, numa obra de custo estimado em 40 milhões de cruzeiros.

Registra-se ainda a construção do edifício sede do Laboratório Regional de Administração de Recursos Hídricos.

Creio que pelos vultuosos investimentos já realizados em Londrina, fica comprovada não apenas a deficiência encontrada pela SANEPAR no sistema de abastecimento, com esforço que ela tem feito para a solução do problema de uma cidade que não pára de crescer.

Foi incrível também, a tirada de que a COPEL só sabe cobrar em dia.

Não é possível negar-se que obras de maior significação têm sido implantadas em Londrina.

O Governo Canet Júnior inaugurou em Londrina a subestação Londrina II, tida como uma das maiores obras do Estado, na qual foram investidos cerca de 35 milhões de cruzeiros.

E a Copel vem enfrentando o problema da velha rede urbana de distribuição de energia elétrica e a construção de novas redes, cabendo lembrar aqui num rápido retrato as redes de distribuição o Jardim Tokio, Jardim Ideal, Jardim Leonor, Jardim Paulista, Jardim do Sol e Jardim Shangrilá, num investimento de perto de 10 milhões de cruzeiros.

Caberia registrar ainda a ampliação da Subestação Roland Davids, a conclusão de novos alimentadores das subestações Selva e Warta, bem assim, a reforma nas redes do Jardim Guaporé, Vila Primavera, Vila Nova, Parque São Cristóvão, Via Conceição, Vila Lodovico, Vila Monteiro, Parque ABC, Jardim Santos Dumont, Jardim Califórnia, Jardim Eldorado, Jardim OK, Jardim Londrina, Jardim Quebec, além de outros que deixamos de enunciar por questão de tempo, sendo que em tais obras e

investimentos da Copel, chega à casa dos 14 milhões de cruzeiros.

É impossível também que alguém pretenda aqui defender a absoluta rede de energia elétrica de Londrina, adquirida da Empresa Elétrica de Londrina S.A., e que tem sido motivo de tantos investimentos, porque naquela época, bastava ameaçar chuva em Ibiporã e logo vinham os cortes de energia.

A verdade é que a COPEL — com ou sem críticas descabidas — vai cumprindo a sua missão. Grandes investimentos para o anel elétrico formado por grandes subestações e linhas em alta tensão se fechando em torno da cidade.

No setor educacional é incrível que não se veja o que tem sido feito.

No setor de reformas de prédios escolares, a ação governamental atingiu, em Londrina, o Grupo Escolar Hugo Simas, Colégio Vicente Rijo, Grupo Escolar de Tamarana, Grupo Escolar de São Luis, Grupo Escolar Willy Davids, Grupo Escolar Arthur Thomas, Grupo Escolar Tiradentes, Grupo Escolar João Sampaio, com vários outros sendo iniciados e por serem iniciados os trabalhos de reforma.

Foram feitas ampliações de grande porte no Colégio Vicente Rijo com a nova ala administrativa, no Instituto Estadual de Educação, além das ampliações do Marcelino Champagnat e Grupo Escolar Rui Barbosa.

Mas não fica apenas nisso.

Quantas novas escolas, do mais alto gabarito, em moderníssimas construções não foram edificadas em Londrina, grande parte concluída no fim do ano passado e duas ou três para serem concluídas neste primeiro trimestre?

Vale uma rápida menção — uma a uma — pois creio que a melhor forma de rebater a crítica é apontar as realizações.

Na verdade o povo não apenas ouve, mas o povo também tem olhos para ver.

Eis uma rápida síntese das novas escolas construídas em Londrina, cidade governada pelo Partido da Oposição, e todas elas no Governo Jayme Canet Júnior:

Unidade Polo — 17 salas - valor 5 milhões;

Jardim Leonor — 19 salas - valor 3 milhões e 500 mil;

Grupo Newton Guimarães — 12 salas - valor 2 milhões e 600 mil;

Colégio Champagnat — 4 salas e depend. - valor 800 mil;

Jardim Bandeirantes — 9 salas - valor 1 milhão e 700 mil;

Jardim Itamaraty — 12 salas - valor 2 milhões e 600 mil;

Jardim Paraíso — 8 salas - valor 1 milhão e 700 mil;

Waldemar Hauer — 12 salas - valor 2 milhões e 200 mil;

Horto Florestal — 12 salas - valor 2 milhões e 200 mil;

Parque das Indústrias — 8 salas - valor 1 milhão e 500 mil;

Nilo Peçanha — 12 salas - valor 3 milhões;

Escola Polivalente de 2o. grau — 17 salas - valor 7 milhões e 800 mil;

Ampliação Vicente Rijo — 2 milhões e 700 mil;

Ampliação Instituto de Educação — 1 milhão e 500 mil;

Ampliação Rui Barbosa — 750 mil.

Registre-se ainda, que além desses números, o Governo tem fornecido recursos como auxílio à rede municipal de ensino de Londrina.

Somente nos anos de 75 e 76, a Prefeitura de Londrina (mesmo com governo da Oposição) recebeu 1 milhão e 500 mil cruzeiros como auxílio, exatamente para pagamento de professores."

Na verdade, se prosseguíssemos analisando ...

O Sr. Del Ciel — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Eu somente indagaria do eminente Deputado se teve o zelo e o cuidado de preparar os valores referentes ao saldo que o Município de Londrina tem junto ao Governo do Estado, visto o volume que proporciona de arrecadação para o Poder Executivo do Estado, em ICM, IPI e outros tributos.

E acredito, eminente companheiro, para concluir, e tenho

dito nesta Casa, que é tempo da Rodovia do Café, deixar de ser a Rodovia do Veio e Não Volta.

Não estamos satisfeitos com o que tem sido aplicado em Londrina. Aachamos que o Governo do Estado deve muito mais à nossa comunidade. E estamos certos e convictos de que a voz de V. Exa. será sempre erguida desta tribuna e nos trabalhos junto ao Governo do Estado, para que os outros recursos, para que os recursos que realmente são gerados em nossa terra, em nossa região, para lá retornem. Tão somente me preocupo em saber se V. Exa., tendo noção como tem, brilhante parlamentar que o é, do montante que o Estado poderia, para fazer justiça à nossa comunidade, e fazer retornar, através de obras que deve ao Município de Londrina. E a SANEPAR, a COPEL, os pontos, as Secretarias e autarquias, que foram focalizadas por nós da tribuna desta casa, no dia de ontem, não estão como as Sete Maravilhas que V. Exa. narrou e descreveu da tribuna na tarde de hoje.

Era tão somente para oferecer esta contribuição ao pronunciamento brilhante de V. Exa., tão somente para registrar a nossa preocupação de quanto o eminente Governador do Estado, o Poder Executivo fará retornar em obras para Londrina e interior do Estado, o que ao interior e a Londrina é devido. Muito obrigado.

O SR. DÁCIO LEONEL — Deputado Del Ciel, agradeço o aparte de V. Exa. e devo confessar que V. Exa. sabe muito bem disto, que temos nos batido incansavelmente pelas obras do Governo em Londrina e felizmente, temos encontrado eco junto ao Poder Executivo, e inúmeras obras já foram construídas em nossa cidade.

Muito me anima o aparte de V. Exa. porque até ontem, quando tudo se negava, hoje pudemos apresentar um retrato de diversos setores, — aqueles mais enfocados — não entramos em outras áreas, procuramos apenas focalizar os setores da SANEPAR, COPEL e EDUCAÇÃO, que nos pareceram os mais atacados, os mais enfocados na sessão de ontem.

Mas, na verdade não nos move a polêmica, não nos anima a crítica fácil, não pretendemos ofender quem quer que seja. Entendemos que apenas contando a verdade, apontando fatos, enumerando realizações, teremos atendido o objetivo que nos trouxe a esta tribuna. E, posso garantir, que idêntica história se repete neste Paraná inteiro.

É povo agradecendo estradas que estão para sair.

É povo agradecendo escolas que só agora foram construídas.

É povo agradecendo o telefone que chegou, cobrindo este Estado quase que por inteiro.

É povo que já falou em 1.976 quando foi às Urnas, o mesmo povo que, tenho a convicção, vai repetir a dose em 78 — porque o que o povo quer, na verdade, é menos conversa e mais ação...

Obrigado, Sr. Presidente (-Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Antes porém, a Presidência tem a imensa satisfação de registrar nas Tribunas de Honra deste Plenário, a presença do Sr. Prefeito Municipal de Campina da Lagoa, Homero Vicente de Paula, que se faz acompanhar do Vereador Hitler Pianaro e do Professor Valdir Miranda.

Da mesma forma a Presidência registra a presença do Sr. Vereador José Barbosa Filho, de Ribeirão do Pinhal, do Sr. Sueki Isuhara, Diretor do Serviço Autônomo de Águas e Esgotos da cidade de Nova Fátima, do Vereador de Cambará, Sr. Moacir Betini, do Sr. Promotor de Justiça de Cambará, Sr. Vanderley Buonamigo, e do Sr. Osmar Ramos de Oliveira, de Carlópolis.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 14/74, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem número 99/73, ex-Proposição número 257/73, aprova termo dos convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de PIRAÍ DO SUL e PÉROLA D'OESTE, objetivando a implantação de complexos de radiocomunicação de fonia e telefonia nos referidos municípios. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 37/74, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem número 52/74, ex-Proposição número 173/74, aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, com a Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública no referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 397/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem número 129/77, ex-Proposição número 545/77, aprova o Termo Aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o Ministério dos Transportes e o Município de CURITIBA, objetivando execução do Programa de Investimentos Urbanos da Região Metropolitana de Curitiba. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 398/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem número 130/77, ex-Proposição número 547/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de SANTO ANTÔNIO DA PLATINA, objetivando execução de obras de reparos no Grupo Escolar Dr. Ubaldino do Amaral, daquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 399/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem número 130/77, ex-Proposição número 548/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de BARBOSA FERRAZ, objetivando execução de obras de reparos em próprios estaduais, conforme específica, localizados naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 400/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem número 130/77, ex-Proposição número 549/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de ARAUCÁRIA, objetivando execução de obras em próprios estaduais, conforme específica, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DICUSSÃO – do Projeto de Resolução número 401/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem número 130/77, ex-Proposição número 550/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PITANGA, objetivando execução de obras de reparos em próprios estaduais conforme específica, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **APROVADO.**

3a. DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução número 402/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem número 130/77, ex-Proposição número 551/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de ORTIGUEIRA, objetivando execução de obras de reparos em próprios estaduais, conforme específica, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.—
APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 403/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem número 130/77, ex-Proposição número 552/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de INDIANÓPOLIS, objetivando execução de obras de reparos em próprios estaduais, conforme específica, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **APROVADO.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 404/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem número 130/77, ex-Proposição número 553/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de FOZ DO IGUAÇU, objetivando execução de obras de reparos em próprios estaduais, conforme específica, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 405/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem número 130/77, ex-Proposição número 554/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de ITAMBÉ, objetivando execução de obras de reparos em próprios estaduais, conforme específica, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **APROVADO.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 406/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem número 130/77, ex-Proposição número 555/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de AGUDOS DO SUL, objetivando execução de obras de reparos em próprios estaduais, conforme específica, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 407/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriunda da Mensagem número 130/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CAMPINA GRANDE DO SUL, objetivando execução de obras de reparos em próprios estaduais, conforme especifica, naquele município.

Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.—
APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 408/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriunda da Mensagem número 130/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de ITAGUAGÉ, objetivando execução de obras de reparos em próprios estaduais, conforme especifica, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 409/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriunda da Mensagem número 130/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CAFEARA, objetivando execução de obras de reparos em próprios estaduais, conforme especifica, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 410/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 130/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de TOMAZINA, objetivando execução de obras de reparos em próprios estaduais, conforme especifica, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 411/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 130/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PARANAGUÁ, objetivando execução de obras de reparos em próprios estaduais, conforme especifica, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 412/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem número 130/77, ex-Proposição número 561/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de MARINGÁ, objetivando execução de obras de reparos em próprios estaduais, conforme especifica, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 413/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 130/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CAMPO LARGO, objetivando execução de obras de reparos em próprios estaduais, conforme especifica, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 414/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 130/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de JANIÓPOLIS, objetivando execução de obras de reparos em próprios estaduais, conforme especifica, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução número 415/77,

de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO DE JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 130/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de QUATRO BARRAS, objetivando a execução de obras de reparos em próprios estaduais, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 416/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 130/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de MANOEL RIBAS, objetivando execução de obras de reparos em próprios estaduais, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 417/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 130/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de RESERVA, objetivando a execução de obras de reparos em próprios estaduais, conforme especifica, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 418/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; Mensagem número 130/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de BELA VISTA DO PARAÍSO, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, conforme especifica, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 419/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 130/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de GUARAÇÁ, objetivando a execução de obras de reparos em próprios estaduais, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 420/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 130/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PARANAGUÁ, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 421/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 130/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de TIBAGI, objetivando execução de obras de reparos em próprios estaduais naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 422/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 130/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de ASSAÍ, objetivando execução de obras de reparos em próprios estaduais, naquele

município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 423/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 100/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de ARARUNA, objetivando execução de obras de reparos em próprios estaduais, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 424/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 130/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de BOCAIUVA DO SUL, objetivando execução de obras de reparos em próprios estaduais, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 425/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 130/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de LOANDA, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 426/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 130/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de SERTANEJA, objetivando execução de obras de reparos em próprios estaduais, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 427/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 130/77, aprova convênio celebrando entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PORTO VITÓRIA, objetivando execução de obras de reparos em próprios estaduais, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 428/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 130/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de OURIZONA, objetivando execução de obras de reparos em próprios estaduais, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 429/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 130/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CONTENDA, objetivando execução de obras de reparos em próprios estaduais, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução número 430/77,
de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA,

oriunda da Mensagem número 130/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de DOUTOR CAMARGO, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 431/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 130/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de QUERÊNCIA DO NORTE, objetivando execução de obras de reparos em próprios estaduais naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 432/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 130/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO, objetivando execução de obras de reparos em próprios estaduais, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 433/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 130/77, aprova convênios celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de MARILENA, objetivando execução de obras de reparos em próprios estaduais, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 434/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 130/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PEABIRÚ, objetivando execução de obras de reparos em próprios estaduais, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 435/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 130/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de LARANJEIRAS DO SUL, objetivando execução de obras de reparos em próprios estaduais, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 436/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 132/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de CONSELHEIRO MAIRINCK, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 437/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 133/77, aprova termo Aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR, com o Município de MEDIANEIRA, objetivando construção

de prédio para a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 438/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 134/77, aprova termo Aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o Município de FLÓRIDA, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 439/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 135/77, aprova termo Aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e o Município de MARILUZ, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, no referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 440/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 136/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de GUAPOREMA, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, no referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 441/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 137/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de CÉU AZUL, objetivando a construção de prédio para a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 442/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 139/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de IRETAMA, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 443/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 140/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de TIBAGI, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante a aplicação de dotação e de verbas que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 444/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 141/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de OURIZONA, objetivando o fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotação e de verbas que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

midade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 445/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 142/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de MARINGÁ, objetivando implantação de Serviços de Segurança contra incêndios e a prestação de socorros público, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 446/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 143/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de CASCAVEL, objetivando aplicação de recursos da cota estadual do imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, em melhorias que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 447/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 143/77, aprova convênio de auxílio e cooperação, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de CIANORTE, objetivando aplicação de recursos da cota estadual do imposto único sobre lubrificantes líquidos e gasosos e melhorias que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 448/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 143/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de FLÓRIDA, objetivando a aplicação da cota estadual do imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos nas melhorias que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 449/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 143/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de JARDIM OLINDA, objetivando a aplicação de recurso da cota estadual de imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, em melhorias que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 450/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 143/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de LOBATO, objetivando a aplicação de recursos da cota estadual de imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, nas melhorias que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 451/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 143/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de MARINGÁ, objetivando a aplicação da cota estadual do imposto único que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 452/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 143/77, aprova convênio cele-

brado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de NOVA ALIANÇA DO IVAÍ, objetivando a aplicação da cota estadual do imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, em melhorias que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 453/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 143/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de SANTA INÊS, objetivando a aplicação da cota estadual do imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos nas melhorias que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 454/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 143/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de SÃO PEDRO DO PARANÁ, objetivando a aplicação de recursos da cota estadual do imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, nas melhorias que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 455/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 143/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de UNIFLOR, objetivando a aplicação de recursos da cota estadual do imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, em melhorias que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 456/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 144/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o Município de ASSIS CHATEAUBRIAND, objetivando a construção de prédio na sede daquele município, destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 457/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 145/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de NOVA AMÉRICA DA COLINA, objetivando fornecimento de equipamentos para à Delegacia de Polícia local mediante aplicação de dotações e verbas que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 458/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número da Mensagem número 148/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e, o Ministério do Trabalho, objetivando estabelecer planos de cooperação com vistas a implantação do Sistema Nacional de Emprego (SINE) no Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 459/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem número 149/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio e o Departamento

Nacional de Registro do Comércio, visando realização da MO-VEX-76 - II Feira Nacional do Mobiliário. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 460/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 150/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e Comércio e, o Município de PONTA GROSSA, objetivando a instalação e cursos visando formação e aperfeiçoamento do contingente de mão-de-obra, setor secundário da economia estadual. Pareceres Favoráveis da C.C.J., e C.F., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 461/77, de autoria da C.C.J., Mensagem nº 150/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e Comércio e o Município de FOZ DO IGUAÇU, objetivando instalação e funcionamento de cursos visando a formação de mão-de-obra para o setor secundário da economia estadual. Pareceres Favoráveis da C.F.J. e C.F., por unanimidade APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 462/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 150/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e Comércio e, o Município de PARANAGUÁ, objetivando instalação e funcionamento de cursos visando a formação e aperfeiçoamento de mão-de-obra para o setor secundário da economia do Estado. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 463/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 150/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio e, o Município de APUCARANA, objetivando a instalação e funcionamento de cursos visando a formação e o aperfeiçoamento de mão-de-obra para o setor secundário da economia do Estado. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 464/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 151/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e Comércio, com o Município de FRANCISCO BELTRÃO, objetivando a implantação de uma Unidade de Preparação de Mão-de-obra - UPMO. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 465/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 152/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e Comércio, com o Instituto Nacional de Propriedade Industrial, visando fornecimento de informações técnicas que especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — APROVADO.

2a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 179/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem no. 146/77, encaminhando anteprojeto de lei no qual solicita autorização para contrair empréstimo ou obter financiamentos externos ou internos, dar garantia ou prestar aval ou fiança até o valor de Cr\$ 1.500.000.000,00 (Hum bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), ou equivalente em moeda estrangeira. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por maioria. — Em discussão.

O SR. DENI SCHWARTZ — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Novamente a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná é chamada para estudar e aprovar, ou não, anteprojeto de lei destinado a permitir o Executivo, a gestões no sentido de conseguir empréstimos e financiamentos, no Exterior ou internamente.

Indiscutivelmente, qualquer coisa que se faça, qualquer obra que venha a surgir no Estado ou na Nação, sempre é bem-vinda, seja uma pequena escola ou, uma grande rodovia. Por isso, se fôssemos olhar o contido na Mensagem, no que pretende fazer o Sr. Governador com os recursos pretendidos, indiscutivelmente nós teríamos de louvar a iniciativa do Executivo, mas, novamente esta Assembléia - no nosso ponto de vista - é marginalizada nos acontecimentos do Estado.

A Mensagem do Sr. Governador, Mensagem no. 146/77, nada diz de esclarecedor com relação ao investimento que pretende fazer, pois, ao citar 5 ou 6 setores que irão ser beneficiados com os empréstimos, S. Exa. não os individualizou, deixa este Poder sem ter uma noção exata do que está a autorizar.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta tarde, viemos a esta tribuna para tentar, junto aos Srs. Deputados, um melhor posicionamento desta Casa, em relação a este anteprojeto de lei.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que esta Casa, já em 1976, autorizou o Executivo a realizar o empréstimo de hum bilhão e quatrocentos milhões de cruzeiros; e na Mensagem que remeteu a esta Casa, o Sr. Governador, contendo o Orçamento de 1978, confessa que do total autorizado de hum bilhão e quatrocentos milhões de cruzeiros, o Estado contraiu empréstimo de setecentos e vinte milhões de cruzeiros, praticamente, 50 por cento.

Data vênua, isto demonstra, no nosso ponto de vista, uma verdadeira falta de previsão. Pediu a esta Assembléia, sem saber, exatamente quanto se conseguiria e no que se aplicaria, pois, apenas 50 por cento foram utilizados.

Outro aspecto que chama a atenção, no momento, Srs. Deputados, é que pelo projeto de lei enviado à Casa, contendo, repetimos, o Orçamento de 78, nós vemos que o endividamento do Estado, em 1976, e não temos os dados de 1977, obviamente, seria impossível tê-los agora, nós estávamos em 1976, com uma dívida consolidada interna, de duzentos e sessenta e três milhões de cruzeiros e fundadas, externas, de um bilhão e quatrocentos e vinte e seis milhões, perfazendo uma dívida do Estado, no final de 1976, de um bilhão, seiscentos e oitenta e nove milhões de cruzeiros.

No ano de 1977, de acordo com a Mensagem do Sr. Governador, no mês de outubro, a dívida externa do Paraná, cresceu para dois bilhões, quatrocentos e noventa e quatro milhões, e cento e quarenta mil cruzeiros; e a dívida interna, para dois bilhões, oitocentos e sessenta e dois milhões, novecentos e oitenta e quatro, perfazendo um total de cinco bilhões, trezentos e cinquenta e sete milhões e cento e vinte e quatro mil cruzeiros. Cinco bilhões e cinquenta e sete milhões, cento e vinte e quatro mil cruzeiros, de acordo com a Mensagem do Sr. Governador.

Houve, portanto, no ano de 1977, um aumento de nossa dívida, externa e interna, de hum bilhão, seiscentos e oitenta e nove milhões, para cinco bilhões, trezentos e cinquenta e sete milhões de cruzeiros, praticamente três vezes mais.

E agora o Sr. Governador manda a esta Casa, no Período Extraordinário, em plenas Festas Natalinas, um pedido de empréstimos de mais de Cr\$ 1.500.000.000,00 que somados à dívida confessada na Mensagem, torna a dívida do nosso Estado em 6 bilhões e oitocentos e cinquenta e sete milhões de cruzeiros. O Sr. Governador teve o cuidado na Mensagem, de demonstrar a capacidade de endividamento com capacidade de pagamento, conforme posteriormente me referirei.

Deverá, aprovado este empréstimo, passar a dívida do nosso Estado, na data de hoje, a cerca de seis bilhões, oitocentos e

e cinquenta e sete milhões de cruzeiros, ou seja, um terço dos 18 bilhões, 410 milhões de cruzeiros, que é a nossa arrecadação própria prevista para o ano de 78.

De acordo com as regras se afirma que esta capacidade de endividamento está dentro dos padrões. Gostaríamos, no entanto, de chamar a atenção da Casa, dos Srs. Deputados da Arena e do MDB, e em especial da ARENA que irão dentro de muito breve nomear ou referendar um novo Governador neste Estado, para dívida de 6 bilhões e 857 milhões de cruzeiros.

O Sr. Governador admite, na Mensagem, que em 78 amortizará 133 milhões de cruzeiros, portanto apenas cerca de 2 por cento do total da dívida. E o restante, ficará para o homem que vier governar este Estado, da Arema, é bom que se diga, mas ficará principalmente para os homens do Paraná, que terão de pagar talvez mais impostos, terão maiores tributos, pois teremos que pagar, a partir de 79, nada menos do que 6 bilhões, 723 milhões, 392 mil cruzeiros, repito, 1/3 do atual Orçamento.

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte?

O SR. DENI SCHWARTZ — Após concluir meus dados, com muita satisfação.

Srs. Deputados, o Exmo. Ministro da Fazenda disse até com certa euforia, que conseguimos diminuir a taxa de inflação para 38,7 por cento. Mais modesto ou mais otimista, fizemos o seguinte cálculo. Vamos dar uma taxa de inflação de 3 por cento ao mês, menos portanto que a oficial. Teremos 36 por cento ao ano. E essa dívida de 6 bilhões de cruzeiros nos dará por ano um custo de 2 bilhões, 420 milhões, 421 mil e 120 cruzeiros.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Deputado, V. Exa. disse ao Deputado Erondy Silvério que não concederia aparte, mas para que eu possa acompanhar, V. Exa. está calculando sobre esta importância 3 por cento ao mês. É isso, Deputado?

O SR. DENI SCHWARTZ — Exato.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Reservo-me ao final para questionar.

O SR. DENI SCHWARTZ — Deputado, nós estamos imaginando uma taxa correspondente apenas da taxa inflacionária.

O Sr. Erondy Silvério — Pelo que eu vejo o raciocínio de V. Exa, foi muito vivo, e eu gostaria, apenas para não perder a oportunidade. Eu não quero, absolutamente, entrar no mérito das críticas que V. Exa. vem fazendo da Mensagem que a Casa está apreciando, onde o Sr. Governador propõe, solicita autorização para contrair empréstimos na ordem de 1 bilhão e 500 milhões. Apenas, eu tenho um reparo a fazer no raciocínio de V. Exa., que por sinal estou acompanhando, brilhante, está conduzindo bem a crítica à Mensagem do Governo, é o papel da Oposição, mas eu tenho um reparo a fazer.

O Estado, meu caro Deputado, é perene, os governos são transitórios, a sistemática administrativa através dos tempos, sempre foi a mesma, e não haverá de mudar, um governo vem, paga a dívida do anterior, contrai novas dívidas, desde que esse dinheiro, objeto das dívidas, os empréstimos sejam aplicados em obras de infraestrutura, cujo retorno a médio e longo prazo, se fará sentir através da incrementação dos negócios.

V. Exa. sabe que um dinheiro investido numa rodovia, uma rodovia de porte, que vai assistir uma região produtiva, V. Exa. sabe que o dinheiro investido nesta rodovia, produzirá dividendos a médio prazo, com a incrementação dos negócios.

Então, este raciocínio de V. Exa., não convence a ninguém, de que o Governo vai deixar dívidas aos seus sucessores. Governo é para isso mesmo, o Estado é perene, é rico, exatamente, é necessário que os governos carregem recursos principalmente do Exterior, para que o Brasil possa um dia, em consequência o Estado do Paraná, sair do seu ciclo agrícola, subdesenvolvido, para se tornar um Estado rico, um Estado que possa manter sempre um nível estável de empregos, enfim, que traga a felicidade dos seus filhos.

Portanto, discordo do raciocínio de V. Exa., com relação ao endividamento do Estado, a administração pública sempre

foi isso, desde o tempo do saudoso Interventor Manoel Ribas. **O SR. DENI SCHWARTZ** — Agradecemos o aparte do nobre

Deputado, e concordamos plenamente, que o Estado tenha que se endividar, tanto que concordamos e demos nosso voto favorável a dois outros empréstimos.

Agora, não podemos concordar que este endividamento seja ilimitado, não podemos permitir que se endivida o Estado a tal maneira que sua capacidade de pagamento seja prejudicada. Apenas concluiremos e voltaremos ao assunto, porque está em nosso roteiro.

Srs. Deputados. Feito este raciocínio que pode inclusive, não estar correto, mas que foi o possível de se fazer aos Srs. Vejam bem, a nossa dívida vai a 6 bilhões, 723 milhões de cruzeiros. Se amortizará este ano apenas dois por cento, de acordo com a mensagem do Sr. Governador.

Feitos os cálculos, 3 por cento, admitindo que a dívida venha a ser paga, e amortizada em cinco anos, pois não temos dados disponíveis de como vão ser pagas e qual é o prazo, somadas às despesas da dívida, e mais a amortização, teríamos a cifra para 1979, de 3 bilhões, 765 milhões de cruzeiros, ou seja, 1/5 do atual orçamento, 20 por cento do atual orçamento.

Repetimos, está dentro da capacidade de endividamento. Mas perguntamos, quando a CIMO tomou emprestado o dinheiro do BRDE, ela provou que tinha capacidade de endividamento; pela recessão do mercado de móveis, ela provou que não tinha capacidade de pagamento. E se houver uma recessão no Paraná e no País como prevê o próprio Ministro da Fazenda, se houver uma geada sobre o nosso café, e se houver uma seca sobre nossa soja, como sairá o governo que admitiu há poucos dias atrás, pela palavra do ilustre Deputado Erondy Silvério, que o cofre estava vazio, e por isso o funcionalismo público não pode receber o seu vencimento antes do Natal.

Ou, como irá se comportar este Estado, no qual se admite não se poder mandar uma mensagem de aumento ao funcionário, Mensagem reconhecidamente justa pelos homens da ARENA, porque até março, a arrecadação não sofrerá aumentos conforme as previsões. Por isso é que viemos à tribuna, sem demagogia. Demagogia seria pedirmos os empréstimos, porque novas obras deveriam ser feitas e nós sobre essas obras iríamos dizer que também apoiamos o empréstimo, que também apoiamos aquelas obras.

Por isso, Srs. Deputados, estamos aqui, como paranaenses, tentando uma previsão do futuro deste Estado. Estamos aqui, para que os próximos Deputados, ou os próximos Secretários de Educação, não tenham que vir a esta Casa, como o eminente Secretário Borsari Neto, afirmar que se os professores deste Estado tivessem o pequeno aumento pleiteado à época pelos Srs. Deputados, o Estado não teria condições de pagar o professorado. De que adiantariam milhares e milhares de salas de aula, se lá dentro estiverem professores, alguns abnegados mas outros incompetentes, porque mal pagos.

Por isso, estamos nesta tribuna, não como homem de Oposição, mas como homem que pensa e pede para pensar e que gostaria imensamente de que se lhe provasse de que está errado.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? V.

Exa. já concluiu? Indago porque gostaria de fazer este aparte, ao final, para que não perdesse o fio de seu raciocínio.

O SR. DENI SCHWARTZ — “Esta é a preocupação de um homem que não sendo economista e não entendendo de economia, tem a preocupação como paranaense.

Sobre um outro aspecto gostaríamos de abordar esse caso dos empréstimos.

Tenho em mãos e me permitam ler um de seus tópicos, o termo de convênio assinado entre o Governo do Estado do Paraná, o Governo da União, nos idos de 1971, quando Governador o Exmo. Sr. Haroldo Leon Peres.

Nesta oportunidade, 1971, o Governo Federal se comprometia para com o Estado, de ressarcir-lo pelos investimentos

feitos na Central do Paraná, na época, em 100 milhões de cruzeiros, além de pagar empréstimo em dinheiro, de 24 milhões de dólares e outro de 40 milhões de dólares.

Em 1975, já com o atual Governador, foi elaborado o programa especial de rodovias alimentadoras, objeto maior do atual pedido de funcionamento. E o que nós lemos aqui, na introdução desse plano.

Uma súmula desse programa, já foi submetida à apreciação do Sr. Presidente da República, bem como dos Srs. Ministros, Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e Ministro dos Transportes.

Os recursos aqui pleiteados, referem-se à integralização do ressarcimento da construção da estrada de Ferro Central do Paraná, que havia de ser transferida ao domínio do Governo Federal.

O Paraná já havia recebido a promessa do ressarcimento de 100 milhões de cruzeiros. O atual Governador obteve desta Casa uma lei, aliás, diga-se de passagem, um tanto estranha, com o seguinte parágrafo: "O Poder Executivo, gestionará junto ao Governo Federal, para obter preferência para o programa especial de rodovias alimentadoras entre as obras selecionadas para a indenização".

Vejam, Srs. Deputados, que esta Assembléia autorizou o Sr. Governador para fazer o que é de sua obrigação: gestionar. Já então, as rodovias, para as quais se pleiteam 950 milhões de cruzeiros, foram objetos de debates nesta Casa.

Posteriormente, perto dos 55 milhões de dólares, aprovado por esta casa, ainda no ano passado, também se destinavam a este programa.

Fica no ar a pergunta e a revolta de um paranaense: onde está o ressarcimento pela Central do Paraná? O Sr. Governador não fez as gestões? Ou o Governo Federal continua tratando este Estado como um pária desta comunidade. O que vemos no orçamento deste ano, Srs. Deputados, aprovado por esta Casa há pouco tempo? Está no orçamento deste ano, na Mensagem do Sr. Governador, o seguinte, entre as "Receitas Diversas", "Indenizações e Restituições". Os ingressos provenientes de indenização ao Governo do Estado do Paraná, pela tomada do acervo da Estrada de Ferro Central do Paraná, por parte do Governo Federal, cujo valor para o próximo exercício está fixado em 40 milhões de cruzeiros".

40 milhões de cruzeiros e o ilustre Deputado Quielise Crisóstomo que é engenheiro, sabe que, com 40 milhões de cruzeiros não se constrói sequer 10 quilômetros de uma estrada de ferro.

Porisso, Srs. Deputados, a revolta de um paranaense. As estradas alimentadoras surgiram em boa hora para serem feitas com ressarcimento que deve o Governo Federal ao Estado do Paraná, para uma obra que lhe foi entregue, em operação, e que provavelmente está lhe dando lucros.

Onde está a gestão do Sr. Governador, que nos parece está tendo um caminho muito fácil aos financiamentos externos e internos, mas muito difícil em receber o que o Paraná merece e que tem por obrigação, inclusive, receber, porque é dinheiro fruto do suor, não só do seu trabalhador, não só do seu homem da agricultura, mas até com investimentos feitos com o dinheiro do funcionário público, conforme bem o demonstram os resultados do orçamento de 1976, onde, com orgulho, o Sr. Governador diz que as suas despesas correntes foram diminuídas, diminuídas aquém das previsões, diminuídas porque os vencimentos dos nossos funcionários também foram diminuídos em seu valor real.

Porisso, Srs. Deputados, nós estamos nesta tribuna, não com o espírito de oposição, mas perguntando: onde está o dinheiro da Central do Paraná, que deveria pagar a construção de estradas alimentadoras?

Agora o Sr. Governador nos manda na sua Mensagem, uma outra promessa e provavelmente daqui a dez anos algum

Deputado está ocupando esta tribuna para perguntar: onde está o dinheiro do IBC. E o Sr. Governador, com recursos sob pendência judicial, já está tentando utilizar-se do mesmo.

Não sabe se é um empréstimo, não sabe se é dinheiro, que será realmente entregue ao Estado. Cria até uma situação cremos difícil, para os homens que trabalham na Secretaria de Finanças. Teve, aliás, o cuidado de, na Mensagem, falar em adiantamento.

Adiantamento, figura que parece não existir na contabilidade pública.

Portanto, na lei, no corpo da lei, não existe a palavra adiantamento, e sim empréstimos.

Estamos já a usar 400 milhões de cruzeiros do Fundo do Café, que não sabemos se, realmente, nos pertence; ou será mais um empréstimo incluído no de um bilhão e 500 milhões?

De outra parte, Srs. Deputados, repito o que tenho dito nesta Casa, com relação ao Orçamento. O Orçamento do Estado do Paraná não tem passado de uma lista de intenções. E dentro desse mesmo pensamento, a mensagem enviada a esta Casa não tem explicações maiores. Quais as estradas que serão executadas?

A SANEPAR, que municípios atenderá, já que fala em 80 por cento dos municípios paranaenses?

Mas, já se falou em outros empréstimos. E eu fico a perguntar: e os pequenos municípios como Verê e Marmeleiro, lá no longínquo Sudoeste, que já pagaram, há cinco anos atrás, graças ao malfadado plano do PLANASA, como ficam esses municípios, que até hoje não têm água, mas que repito, já saldaram suas dívidas com a própria SANEPAR?

Estarão incluídos nesses 200 milhões de cruzeiros destinados à SANEPAR?

E onde ficam as escolas? O Sr. Governador tem medo que os Srs. Deputados saibam onde ficam as escolas? Afinal, é ele mesmo quem admite que essas escolas serão localizadas em lugares, em cidades-polos já determinados por uma equipe de técnicos. É da Mensagem.

Terá o Sr. Governador medo de admitir que irá colocar uma escola em tal lugar e não em outro? Tem ele medo de que os Srs. Deputados façam aqui na Assembléia, uma disputa municipalista, para puxar essas escolas para um lado ou para outro? Ou estará pretendendo o Sr. Governador, na hora das eleições, colocar essas escolas onde mais lhe convier politicamente?

Que teme o Sr. Governador da Assembléia, se já existem estudos - segundo ele mesmo afirma - estudos técnicos feitos e que já determinaram as cidades que irão receber tais melhorias.

Antes de finalizar, e conceder o aparte ao nobre líder da Arena, gostaria de dizer que me preocupa um outro fato: o Paraná não é uma ilha, não vivemos isolados do resto do País. Somos até, podemos dizer, infelizmente, vítimas do que ocorre com a economia neste País. Não estamos imunes à inflação muitas vezes provocadas pelo Governo Federal, ao construir verdadeiros monumentos à mediocridade, como a Transamazônica, Ponte Rio-Niterói, aeroportos supersônicos que estão por aí, ficamos a perguntar se vivemos numa ilha. Num País onde um Ministro a quem é dada a atribuição de conter a inflação, vai aos jornais e diz, claramente, que entraremos num ano de poucos investimentos. E uma das maneiras de se conter a inflação, seria diminuir os investimentos do próprio poder público, já que o Governador em espalhafatosas manifestações na televisão, às vezes até ridícula, fica a pedir ao povo que pechinche o preço do xuxu; fica a pedir ao contribuinte que não gaste mais do que ganha.

Fico a perguntar: está o Paraná numa ilha? Não terá o Paraná também, nesse esforço nacional de conter seus investimentos, mesmo sabendo que isso é altamente desfavorável ao Estado? Ms, convenhamos, somos antes de paranaenses, brasileiros.

Fico a perguntar, quem terá razão? o Ministro dos Trans-

portes, Dirceu Nogueira, que há poucos dias reuniu os empreiteiros e lhes preveniu que no ano de 78 os investimentos públicos seriam menores, ou estaríamos certos nós, a nos endividar para talvez, amanhã, talvez no ano que vem, tenhamos que enfrentar nesta Casa, olhares de tantos funcionários, de tantos professores, de tantos profissionais liberais que trabalham para o Governo, a esperar uma melhoria nos seus vencimentos, e até sermos acusados, pixados, de estarmos sendo ausentes do momento paranaense.

Estamos preocupados com o endividamento deste Estado, não como homem de oposição, mas como homem que vive e que ama esta terra.

Concedo o aparte ao nobre Líder da ARENA.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Eminentíssimo Deputado Deni

Schwartz, V. Exa. inicialmente, deve concordar que ficou extremamente difícil apartear-lo, em razão da saraivada de argumentos que V. Exa. dispôs e está dispondo nesta tarde.

Todavia, vou tentar resumir no fundamental.

Primeiramente, nobre Deputado, sabe V. Exa. tão bem, ou melhor do que eu, que utilizar a capacidade de endividamento, é uma estratégia que tem dado no Brasil excelentes resultados. Principalmente num Estado como o Paraná, cuja evolução da receita pública é realmente até empolgante. Acho que esta estratégia que está sendo utilizada pelo Governo do Estado, tem sido muito positiva para nossa economia.

Mas V. Exa. disse que o problema não está na capacidade de endividamento, mas na capacidade de pagamento. Eu oferecerei alguns reparos aos números trazidos por V. Exa.

V. Exa. calculou por exemplo, há uma taxa diferencial de 3 por cento ao mês, que deveria incidir nos empréstimos já contraídos. Eu deveria informar V. Exa., que este empréstimo externo vai girar em torno de uma taxa de 6 por cento ao ano, o que muda, completamente, o raciocínio de V. Exa. Parece-me que é um excelente negócio tomar dinheiro a uma taxa baixa principalmente num País e num Estado que não dispõe de recursos próprios para investimentos que se fazem necessários para dar uma pronta resposta ao progresso e à capacidade da nossa iniciativa privada.

Parece que este seria um argumento fundamental. Além do mais, é preciso também considerar que o prazo destes empréstimos são longos. Há, para este empréstimo, que ora se solicita à Casa, um prazo de carência de dois anos, e vencimentos que devem se alongar por cerca de 6 anos. E além disto, há que se considerar também um cálculo que V. Exa. faz da tribuna, a capacidade de retorno. Porque é evidente que um investimento de estrada gera divisas, gera receita, principalmente a um Estado agrícola, como o Paraná. É a soma destes fatores que é possível fazer uma avaliação adequada do problema. E é meridianamente óbvio que o Paraná está fazendo um excelente negócio pelas nossas condições, pela nossa realidade. Então, V. Exa. questiona, estará certo o Ministro dos Transportes, que propõe a contenção de investimentos, ou estará certo o Governo do Estado, que está investindo?

Pois aí entraremos na famosa discussão entre estruturalistas e monetaristas.

Mas, digo a V. Exa., que cada caso, é um caso: se, se tomar dinheiro para fazer a Ponte Rio-Niterói, não é evidentemente, um bom investimento, inflacionário, ao contrário seria, se se pegasse dinheiro externo para aplicar onde a resposta é imediata, que é, exatamente, o caso do Paraná. Vai se aplicar este montante para estradas alimentadoras.

Ora, isto não é investimento inflacionário; pelo contrário, este estimula a capacidade de exportação do Brasil, este, estimula também o aumento da receita. São dois casos diferentes.

E mais, um outro dado que parece muito importante, é que pior do que qualquer coisa é a estagnação por inflação. Então, se o Governo do Estado do Paraná, tem taxa de inves-

timentos, não inflacionária, e que permite uma taxa de emprego razoável, porque segundo dados do Iparde, o desemprego, no Paraná, realmente, não é alarmante; está dentro dos limites perfeitamente toleráveis e suportáveis, seria criminoso que o Estado, hoje, retraísse seus investimentos e pagasse um salário caríssimo, porque não há nada mais eticamente deplorável, na minha opinião, que o desemprego.

Ademais, nobre Deputado, com relação à Estrada de Ferro Central do Paraná, todos estamos de acordo; também ficamos na expectativa, seja ressarcido do seu investimento. Sei que o Governador tem insistido, pedido, solicitado e tem, realmente, se esforçado enormemente, para que possamos ser ressarcidos do que foi ali empregado.

É, exatamente, porque hoje, domina a política financeira federal, uma contenção dos gatos, é que o Governo Federal não tem ainda pago ao Estado do Paraná, muito embora, já tenha, no Governo Jayme Canet, feito parte do pagamento que deve.

E acredito que o outro argumento trazido à colação por V. Exa., que o Governo se jacta de ter contido as despesas correntes, isso me parece perfeitamente positivo, porque eu, ainda há pouco, lia num editorial do "Estado de São Paulo", criticando veementemente o Governador do Estado de São Paulo, exatamente por ter aumentado, excessivamente, as despesas correntes, em detrimento das despesas de capital, que significam situação de riqueza, investimento e que, em última instância, beneficia a sociedade, como um todo.

Muito difícil fazer uma análise separando em classes. Há que se pensar no global.

Resta saber se, investimento, mobilizar recursos, geram empregos, aceleram circulação do dinheiro, aumenta a produção, aumenta a produtividade, aumenta a exportação, é neste contexto que deve ser, na minha opinião, analisado, se despesa de capital, despesas correntes, devem andar paralelas, ou devem manter um diferencial entre um item e outro.

Enfim, estou, perfeitamente tranquilo, quanto ao futuro desta decisão que a Assembléia toma hoje, por ter certeza que a tomada desse dinheiro significará manutenção da taxa de emprego, progresso, desenvolvimento, sem que o Estado corra nenhum risco na sua capacidade de pagamento.

Agradeço o aparte concedido por V. Exa.

O SR. DENI SCHWARTZ — Creio eu que meu tempo está por findar. Mas, ficam no ar algumas perguntas:

O juro do dinheiro tomado no exterior, seis por cento? Mas será pago em dólares?

Se o for, este juro, esta despesa, esta taxa subirá para mais 5 por cento. E está aí um artigo recente do ilustre jornalista Fernando Pedreira do "O Estado de São Paulo" a mostrar que um dos problemas dos empresários brasileiros foi ter acreditado no Governo, na sua promessa de conter a inflação, e ter ido buscar, em fontes internacionais, dinheiro em dólares, a ser pago em dólares e que hoje está falindo, inclusive muitas indústrias e criando problemas ao médio e ao pequeno empresário brasileiro.

De outra parte, anote, Deputado Luiz Roberto, sobre prioridades, sobre a capacidade de retorno do investimento feito em determinada estrada, em determinada escola. Realmente é muito difícil sabermos se a curto, médio ou longo prazo teremos este retorno. Precisariamos uma discussão mais ampla, para sabermos se todas as estradas que estão programadas darão esse retorno. Se todas as estradas que irão ter um benefício social muito grande terão benefício econômico a curto, a médio e a longo prazo. Precisariamos saber se a construção de inúmeras salas de aula terão professores e se esses professores estarão dentro dessas salas de aula realmente ministrando boas aulas. Nós temos aí um fracasso a nível nacional que serve como exemplo. Temos perguntado a inúmeras pessoas de nossas relações que me apresentem alguém que tenha feito o Mobral e

que tenha realmente tido aproveitamento. De que adianta um programa como o Mobral, cujos frutos são apenas de propaganda?

De outra parte V. Exa. falou no empolgante crescimento da receita do Estado, contrariando certos aspectos, o que o nobre Deputado Erondy Silvério disse nesta Casa...

O Sr. Luiz Roberto Soares — Nobre Deputado, não é contradição. Eu estou analisando nos últimos quatro anos.

Realmente, para V. Exa. ter uma idéia, o Orçamento deste ano destina para o setor rodoviário, uma importância igual ao Orçamento do Estado de 1972, se não estou enganado. V. Exa. pode perceber aí como realmente evoluiu satisfatoriamente.

O SR. DENI SCHWARTZ — Eu tenho em mãos, inclusive os Orçamentos de 74 para cá, e realmente posso afirmar a V. Exa. de que há um crescimento. Mas tenho em mãos um dado fornecido pelo ilustre Deputado Erondy Silvério que afirmou que uma queda na comercialização do café nos últimos meses impossibilitou o Governo de pagar os seus funcionários.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Isso é conjuntural, Deputado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Temos em mãos a Mensagem do Sr. Governador que afirma às folhas 09, o seguinte: "Será racional esperar-se que dentro do plano de contenção da inflação, de responsabilidade do Governo Federal, os níveis de receitas previstos e aprovados por esta Assembléia não devam superar a previsão".

Veja V. Exa. que o próprio Governador está reconhecendo que estamos entrando numa nova fase.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Mas a previsão a que se refere o Governador é o dado exatamente que eu tenho levado ao conhecimento desta Casa, isto é, não deve superar o que está previsto no Orçamento. Mas o que está previsto já é muito em relação ao Orçamento anterior. É nesse sentido.

O SR. DENI SCHWARTZ — É de 14 para 18 milhões, ou sejam cerca de 30 por cento a mais da receita própria. O que quer dizer que não dará sequer para cobrirmos a inflação prevista.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Mas V. Exa. está desconhecendo um dado importantíssimo, com mais cerca de mil quilômetros de estradas que estão hoje sendo implantadas, é evidente que a capacidade de aumento cresce proporcionalmente.

Claro que a produção paranaense hoje está acabando de atingir a fronteira agrícola, ontem. Este é um dado extremamente significativo, para conduzir a análise que V. Exa. está fazendo.

O SR. DENI SCHWARTZ — A respeito ainda deste aumento de arrecadação, é o Sr. Governador, repito, que não se mostra tão otimista como o foi e como realmente aconteceu em 76, quando tivemos um "superavit" na nossa arrecadação prevista, em cerca de 5,2 por cento. O previsto não chega a ser 40 por cento superior ao ano anterior. Portanto, apenas a taxa de inflação.

Veja, ilustre Deputado, quando falamos em despesas correntes, realmente é um dado positivo que se baixe à despesa corrente.

Desde que não seja sacrificando funcionários públicos, como foi o caso.

Finalmente, contesto algumas palavras do nobre Deputado, sobre o desemprego. Os homens do Norte conhecem os bóias-frias, e nós aqui de Curitiba estamos assistindo como ainda hoje, o desemprego, como no caso da Castelo.

Ouvimos ainda ontem, o ilustre Deputado Rosário Pitelli na defesa dos colonos que estão sendo altamente prejudicados quase que como desempregados, pela falência, pela concordata da Matsubara. Isso nos preocupa, Srs. Deputados, e por isso, nesta oportunidade, estamos aqui para apresentar nosso voto contrário a este financiamento, e favorável ao substitutivo que o nobre Líder do MDB irá apresentar à Casa".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência anuncia,

sobre a mesa, regimentalmente apoiado, uma Emenda Substitutiva ao projeto de lei ora em discussão, sob no. 179/77. O Substitutivo Geral assinado pelo Sr. Deputado Enéas Faria, com apoioamento regimental, será dado a conhecimento dos Srs. Deputados, pela leitura que fará o Sr. 1o. Secretário. (Lê):

SUBSTITUTIVO GERAL

Ao Projeto de Lei no. 179/77

Art. 1o.— Fica o Poder Executivo autorizado, na forma deste artigo, a contrair empréstimo ou obter financiamentos, internos ou externos, dar garantias, prestar fianças ou aval, conceder contra-garantias de fianças, de aval ou de qualquer tipo de garantia prestada por entidades públicas ou privadas ao Estado do Paraná, até o montante de Cr\$. . . 1.500.000.000,00 (Hum bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros) ou equivalente em moeda estrangeira, com base na cotação cambial da época da operação, que serão aplicados da seguinte forma, atendidas as programações contidas em orçamentos anuais e plurianuais:

- a). Setor Rodoviário — Cr\$ 950.000.000,00 (novecentos e cinquenta milhões de cruzeiros);
- b). Setor de Saneamento — Cr\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros);
- c). Setor de Combate à erosão — Cr\$ 200.000.000,00 (Duzentos milhões de cruzeiros);
- d). Setor da Educação — Cr\$ 100.000.000,00 (Cem milhões de cruzeiros).

§ 1o. — A presente autorização se concluirá mediante a aprovação prévia pelo Poder Legislativo de discriminação detalhada das obras e programações orçamentárias, por setor, que será objeto de projeto de lei a ser remetido à Assembléia Legislativa até 01 de março de 1978.

§ 2o. — A execução do disposto neste artigo poderá efetivar-se em uma ou mais operações, com uma ou mais entidades financeiras, até que seja atingido o montante autorizado, encerrando-se a autorização em 31 de maio de 1978.

Art. 2o. O prazo, carência, juros, taxas adicionais, comissões referentes aos empréstimos ou financiamentos a serem tomados obedecerão às normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais e as exigências dos órgãos encarregados da política econômico-financeira da União.

Art. 3o.— Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de janeiro de 1978.

(a) ENÉAS FARIA

APOIAMENTOS: Fidelcino Tolentino, Domício Scaramella, Deni Schwartz, Nelson Buffara, Adalberto Daros, Accioly Neto, Valter Pietrângelo, Lúcio Machado, Waldenício Barbalho, Lineu Turra, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Edilson Alencar e Maurício Fruet".

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Por se constituir em fato extraordinário, a Presidência informa aos Srs. Deputados que chega a notícia da renúncia do General Ivo Abreu, da Casa Militar da Presidência da República, tendo sido nomeado para substituí-lo o General Moraes Rego.

A Presidência coloca em discussão, além do projeto de Lei no. 179/77, também o Substitutivo Geral a ele apresentado, pelo Sr. Deputado Líder do MDB, com apoioamento regimental.

Portanto, continua em discussão o Projeto de Lei no. 179/77, e sua Emenda Substitutiva.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para discutir, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ainda uma vez, esta Assembléia contempla outra Mensa-

gem, que o Governo do Estado encaminha a este Poder, em caráter extraordinário, para buscar recursos e satisfazer suas pretensões já declinadas na Lei de Meios, e estas pretensões, de buscar recursos de financiamentos, chega à Casa de um bilhão e meio de cruzeiros, assim distribuídos: Para o Setor Rodoviário, 950 milhões de cruzeiros, sendo que 30 milhões de dólares representando, em tese, 500 milhões de cruzeiros, a serem captados de bancos, de um banco, ou de um grupo de bancos norte-americanos. E, 400 milhões de cruzeiros, captados do IBC, através de um "empréstimo adiantamento", uma figura nova, um neologismo que talvez os tecnocratas estejam imprimindo a esta monumental fraseologia dos tecnocratas.

Ainda, 250 milhões de cruzeiros, a serem recorridos do BNH, para o setor de saneamento. Para o combate à erosão, também 200 milhões.

No setor da educação, para área agrícola, 100 milhões, este do FAS. Veja-se que são várias as fontes de aquisição desses empréstimos pretendidos pelo Governo.

E quero dissecar, dentro da minha modesta posição, cada um desses setores.

No rodoviário; quer o Governo contrair 300 milhões; e que esses 300 milhões de dólares já estariam sendo objeto de negociação ou de entendimento com o Governo Federal.

O pouco que se sabe deste específico empréstimo, é que seria ele objeto de transação com o Governo da República, já que ele teria prometido ajudar ao Estado do Paraná, com igual importância. Mas, se for procedente a hipótese, é condenável, a atitude dos dois governos e declinaria uma gestão estranha às normas administrativas. Um tomaria o empréstimo e o outro haveria de pagar, segundo se pode deduzir.

Não se trata de negócio particular; a gestão aqui é de negócio público e por isso entra na esfera da ciência política, onde as representações partidárias têm legitimidade para questionar ou indagar todas as hipóteses possíveis.

Porém, há outros aspectos de importância capital acerca da tomada desses 30 milhões de dólares: 1o. — O Governo do Paraná não sabe onde conseguí-los, se em um banco ou em um grupo de bancos. Só sabe que será do país norte-americano ou da América do Norte. Não sabe, em segundo lugar, quanto pagará de juros, nem o prazo de pagamentos, qual a carência, taxas adicionais, quais as comissões.

Segundo se vê, no artigo 2o. do anteprojeto de lei e 3o., como se trata de moeda estrangeira, o dólar, é claro que os encargos serão pagos em dólar e como o dólar sobe basicamente 30 por cento ao ano, só na diferença cambial, dá um encargo preliminar de dois e meio por cento no custo deste empréstimo, por mês. Isto somado aos juros, taxas, comissões e outros encargos, este curso se elevaria a uma proporção em tese, de 4 por cento ao mês ou pouco menos.

É de se perguntar: qual o empreendimento ou inversão de capital, ou ainda, investimento, seja público ou particular, que suporta este peso especulativo, este ônus, que pesará sobre este eventual empréstimo.

Se uma empresa privada, arcando com toda a presença de seus diretores, ao captar recursos para as suas programações não suporta os encargos e o custo do dinheiro, e chegam muitas delas, organizadas, planejadas, chegam à quebra, o que seria da administração pública, mormente no atual regime, onde os executores são premiados com nomeações que o povo repudia, e, não raro, desservem à causa pública.

É de se observar aqui, que, no Estado do Paraná, ultimamente, têm ocorrido fenômenos desencadeados segundo o Governo, por incapacidade gerencial, e segundo os administradores, da esfera privada, por impossibilidade de equacionar fórmulas administrativas das empresas, para conseguir pagar os seus empréstimos.

Em cada palavra da Mensagem do Sr. Governador, se observa uma preocupação com o futuro dessa dívida externa, ou

dessa divisa do Estado e, não raro, assalta aos olhos de cada parlamentar, o caso recente citado pelo Dep. Deni Schwartz, da Matsubara, da Castelo e tantas outras menores empresas e, principalmente, na Região Oeste do Paraná, do Grupo Frimesa, que, tendo captado dinheiro do exterior, não conseguiu, depois de estar já labutando a cerca de 30 anos na região com vários negócios, não conseguiu vulnerar a voragem do custo operacional, ou do custo de origem desse dinheiro captado.

Trata-se Srs. Deputados, de um ano eleitoral, que não deve ser esquecido, e a palavra de ordem do Governo Federal, declinada no dia 01 de dezembro, na sua fala, e que usou a televisão para fazê-lo, e no fim do ano também, foi de que o Partido deverá e haverá de ganhar as eleições.

É claro que o seu subalterno no Estado do Paraná, o Governo do Paraná, e nos outros Estados, cada governador tem a obrigação de ganhar as eleições.

É uma das últimas formas que está sendo encetada na sua mensagem, neste tópico de destinação de verbas para o setor rodoviário onde se lê: "Cuja aplicação desenvolver-se-á no período restante da atual administração, e, em parte, no próximo período do Governo"; aí esboça clara a pretensão do Governo. Poderá deixar ou mil cruzeiros, ou 100 cruzeiros, ou 100 milhões de cruzeiros, para o próximo crismado do alto posto de sua sucessão, e isto explica tudo.

Quanto ao adiantamento-empréstimo de 400 milhões de cruzeiros — o que seria adiantamento empréstimo? —)8 se trata de dívida líquida e certa, em que a União, ou o IBC no caso, reconheça sua obrigação de pagar a conta, ou se trata de um empréstimo puro e simplesmente.

Parece-nos que "a priori" o Governo equaciona um desequilíbrio entre o real e o imaginário, mas na dificuldade de situar-se, faz uma fusão entre a expectativa de evento futuro e incerto que se baseia numa pretensão, isto é, a de vencer uma demanda e o direito de contrair empréstimo.

O fato é que em Contabilidade o lançamento é positivo ou negativo, mas nunca em hipótese, como no caso em tela.

O que o Governo quer é efetivamente ajustar um empréstimo com o IBC e para isso arcará com o ônus evidente de uma operação como outra qualquer.

Se a Justiça lhe reconhecer o direito pleiteado, quando muito, poderá fazer com o IBC uma compensação de pagamento, ou pagamento puro e simples da dívida contraída. E o ingresso da importância derivada da sentença judicial se fará por norma de Direito Público Interno.

Parece-nos que o que há é um ligeiro imediatismo que prejudica até as normas de contabilidade pública e organicidade do controle das contas do Estado.

Não há em nosso Direito essa figura composta de adiantamento empréstimo, neologismo que, data vênica, não pode continuar nauseando a boa técnica legislativa nem administrativa.

Por isso, é estranhável, data vênica, o primarismo do Governo em formular a pretensão com as razões que expende na Mensagem.

Quanto ao Setor de Saneamento: 250 milhões de cruzeiros que seriam captados para os exercícios financeiros 78-79, em operações a serem assinadas com o BNH.

Por que 78-79 para composição ou satisfação de capital daquela empresa. O Governador acaso quer programar sua influência junto ao seu sucessor?

A SANEPAR é outro desses organismos que cobra caro e só procura realizar investimentos que lhe traga rendas. É o caso de abastecimento de água, ficando em plano inclinado o esgoto, que não lhe oferece vantagens financeiras e o investimento é invisível, difícil de ser lembrado nas eleições.

Aí precipita o aspecto secundário da população que é a sua saúde, deixada em segundo plano, sobretudo nos municípios pequenos e nos bairros que usam fossa negra. Aliás, os municí-

pios sempre são forçados a aderir às fórmulas de participação na inversão de capital dos investimentos públicos, mas sem partilhar das decisões. E o que se tem notado é que o Governo, indiretamente, força os prefeitos da Oposição a aderir à sua agremiação, ou através de Deputados que empregam modalidades políticas de cada personalidade; ou de escalões do Executivo, de uma forma que escamoteia os seus objetivos.

Nessa parte, os delegados estaduais do poder central servem bem ao seu senhor.

No caso específico da rede de esgotos, Cascavel, para citar apenas um exemplo, está hoje com uma população de 150 mil habitantes na área urbana e não tem ainda seu sistema implantado, apesar da SANEPAR estar lá há 10 anos operando. Só agora é que se firmou um convênio para implantar o sistema de participação que tem sido regra de todos os investimentos de capital nos municípios que participam empresas como a SANEPAR, como a COPEL e como a TELEPAR. E cito o caso por exemplo, do aeroporto, redes telefônicas, escolas etc. Mas as inaugurações pomposas são feitas exclusivamente para agradar e promover o Governo, ficando o povo sem saber as nuances e detalhes das obras. Somam-se aí a bajulação dos que cantam loas, mas que desfrutam apenas da influência do Governo para se fazer também influir nas decisões eleitorais. É preciso que haja um limite nessa tolerância, que tem sido dadivosa por parte do Poder Legislativo, seja no Estado do Paraná, seja em outros Estados onde o Partido do Governo é majoritário.

Aliás, a Oposição sempre é acusada de nada ter feito, de ter frustrado os eleitores que lhe confiaram o voto em 1974, mas pergunta-se, fazer o quê? Diante do rolo compressor? Votar a favor dos projetos do Governo se os seus objetivos são imediatos e sua espada está sempre a ameaçar a jugular daqueles que se atrevem a levantar a sua voz?

c). No setor de combate à erosão pretende uma autorização para contrair empréstimo junto ao BNH da ordem de 200 milhões de cruzeiros.

E a justificativa é de que esse "quantum" destina-se a complementar recursos do Estado no combate à erosão urbana, na região do ARENITO CAIUÁ. Mas quais os municípios, quais os projetos, quais as extensões, em que consiste a inversão desse capital?

É muito vaga a alusão do Governo, afinal trata-se de verba que a população do Paraná deverá pagar e nós somos mandatários que deveremos ser diligentes e zelosos no desempenho desse numus.

O Governo está habituado a não dar especificações nem se submeter às regras comezinhas à competência dos poderes. Limita-se a fazer um esforço para cumprir um indesejável preceito constitucional. Dá impressão que é a contragosto que o faz. Como se fosse uma formalidade burocrática exaustiva e indispensável.

Já vai longe o hábito do Governo em esbravejar as limitações pobres e claudicantes que a Oposição às vezes busca opor aos seus projetos, — ou melhor dizendo, às suas pretensões.

Como o Governo Federal se irrita ao insistir que este País é democrático, seus propositos acompanham as lições no campo específico das restritas atribuições administrativas dos Estados.

d). Para o setor Educação da área agrícola, quer o Governo 100 milhões de cruzeiros que seriam buscados no FAS — Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Social para construção de escolas agrícolas.

Onde serão implantadas essas escolas? Que nível terão elas, que critérios serão observados? Prioridades? Quais os critérios para serem aplicados?

Esta Casa não é extensão do Palácio, e não deveria ser tomado como um departamento referendatário das mensagens do Governo. Não é isto um ponto que implicaria a estatura do Poder Legislativo e de seus membros.

Em síntese, o Governo empreende uma escalada perigo-

sa de dívidas, que os próximos sucessores haverão de saldar.

O custo desse dinheiro é exagerado, abusivo e excorchant, que chegará ao ponto de impedir um programa racional de futuros orçamentos.

Ademais, não há um projeto específico, determinado, um local definido e previamente escolhido.

Como de aplicação intransferível e prioritária. Não consigo divisar superlativo interesse público que indique relevância para a tomada de tão vultoso empréstimo.

A voragem de cada Governo querer se tornar líder, expressa-se em fazer algo inesquecível e que impressiona o eleitor.

Notam-se a cada ano, uma peculiaridade dos Governos e das leis editadas nos últimos 10 anos. Sacrificar o contribuinte seja Federal, Estadual ou Municipal, na medida em que cai o poder aquisitivo da moeda, avoluma-se a inflação, cresce a dívida externa, agigantam-se os prejuízos do erário.

Refere-se à Mensagem a que já há autorização na lei de meios, porém trata-se de previsão e não mandamento imperativo.

Mas no tocante aos números: — O ESTADO deve ao exterior — Cr\$ 2.494.140.000 (dois BI).

A capacidade de dívida do Tesouro é de Cr\$ 5,810 bilhões. A dívida interna é de Cr\$ 2.862.984.000 — (BI).

Mais a externa de Cr\$ 2.494.140.000,00
Cr\$ 5.357.124.000,00.

Que, somando-se, se aprovado for, a esse um bilhão e meio, o Estado passará à dívida de Cr\$ 6.857.124.000,00.

A capacidade de amortização é de Cr\$ 1.245.000.000,00 (1,245 BI).

Os compromissos assumidos alcançam a Cr\$ 133.732.000,00 ou 10,7 por cento do montante permitido.

Fala-se ainda que o montante permissível da dívida é da ordem de Cr\$ 1.660.000.000,00.

Resumindo — como a maior parte da dívida sofre o fluxo da inflação — no caso da dívida interna — isto representa um crescimento de ano para ano.

O custo será da ordem de 4 por cento ao mês, já que a inflação é circundante aos 40 por cento anuais.

A externa é paga em dólar que a cada ano aniquila o valor do cruzeiro a uma desvalorização de 30 por cento.

Soma-se tudo isto ao custo do dinheiro, e se torna temerário a inversão.

Daí fica o povo a pagar sacrificados impostos, pelo capricho dos desvaireados critérios administrativos, "e a dívida crescente do Estado, preocupa, seriamente os homens responsáveis neste Estado do Paraná. E há que se lamentar, a uma altura dessas, a única coisa que se vislumbra, é que esta matéria será aprovada e os futuros Governos Estaduais, haverão de pagar, com pesados tributos, para o contribuinte paranaense.

Fica a pergunta:

Vale a pena investir, vale a pena inverter capital, se o retorno desse dinheiro é demorado a um prazo de, pelo menos, 4 anos e que a soma da inflação e do custo dessa operação, não sacrificaria ainda mais, o Tesouro do Estado, a limites que não se pode prever nas datas atuais?

Esta a indagação e por estas razões que aqui acabo de expor, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que tenho sido coerente na minha posição de votar contra projetos desta natureza e contra pretensões desta natureza, não só neste caso específico, como também em convênios que o Governo vem sacrificando as Prefeituras carentes de recursos e que estão a reclamar uma melhor divisão na participação dos tributos, sejam estaduais, sejam federais.

Fica aqui a pergunta, fica aqui a preocupação de quem está enxergando que há possibilidade de uma modificação no esquema da produtividade deste Estado do Paraná, mormente quando há um crescente êxodo rural, seja para outros Estados, seja para o Paraguai onde a nossa tecnologia está sendo transpor-

tada e aplicada lá naquele País, amigo e vizinho, sem nenhum ônus para o povo paraguaio.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Continua em discussão o Projeto de Lei número 179/77 e o Substitutivo Geral a ele apresentado pela liderança do MDB.

O SR. ENÉAS FARIA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado líder do MDB, Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente e Srs. Deputados, talvez cansativo, talvez abundante, mas, acima de tudo necessário, porque não é possível, Sr. Presidente, que esta Casa delibere e resolva questão de tamanha e tão alta importância sem se deter e sem se dar a ela o relevo que merece. A irresponsabilidade não pode campear aqui dentro. Vote o Deputado como entender de votar. Vote cada um como sua consciência mandar. Mas vote ciente do que faz. Ninguém para aqui veio e todos para aqui vieram pela mão do povo e delegados pelo povo. Ninguém para aqui veio para se declarar enfatiado, para se declarar cansado, para tapar os ouvidos e calar a boca.

Esta Casa não pode deliberar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sem saber de que matéria se trata. Sem conhecer do assunto que está em Plenário. Sem analisar as conseqüências do que dela ocorrer.

Por isso, Sr. Presidente, por isso, Srs. Deputados, a atenção e o respeito com que devemos nos deter a cada opinião aqui exposta, a cada palavra aqui pronunciada, a cada trabalho aqui realizado, porque cada momento desses pode se constituir em fato definidor de uma posição.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Afirmava ontem que a Oposição se manifestaria a respeito desse projeto quando em segundo turno a matéria viesse a Plenário, e hoje veio. Conhece a Casa a falta de disposição do MDB em estar conferindo por conferir, recursos em cima de recursos para um Governo que pouca ou nenhuma atenção dá a esta Casa, e via de conseqüência dá ao povo do Estado.

Pretende o Governo agora, nos termos do projeto original, a autorização para empréstimo da ordem de um bilhão e 500 milhões de cruzeiros, a votação de hoje, mais de cem milhões de dólares.

A Assembléia não faltou ao Poder Executivo, em momento nenhum, desde de quando aqui estamos. Todas as solicitações foram atendidas, em todos os momentos a Assembléia se mostrou favorável, conferindo os recursos que o Governo pediu. E em especial, em particular, a Oposição não manietou e não recusou recursos.

Entretanto, e todavia, o original remetido agora, pleiteando esse empréstimo nos termos em que está posto, se configura por assim dizer, como se conferir ao Poder Executivo, e aí, irresponsavelmente, se conferir ao Poder Executivo, um cheque em branco, ao portador e sem data. Dar-se-á recursos ou condições para se conquistar recursos, sem data.

Sem se saber, como será captado e em que condições será captado, e sem saber quem utilizará esses recursos.

Não é válido e não me parece correto, essas três questões devem ser definidas, devem ser explicitadas. E até ouvia, de que se confere os recursos ao Estado do Paraná e não ao Governador, hoje titular do posto.

Não me parece bem assim, se confere recursos onerosos, custosos, para se cumprir uma programação, orientada por uma filosofia de governo. Se escasseia o tempo e virá outro Governador, é lícito pensar, que será outra orientação, outra filosofia, que será outro entendimento. Poderá entender o próximo Governador que aqui vem, poderá entender que escola agrícola não é prioridade; que a "casca de ovo" não é fundamental, e tudo estará mudado, e é lícito pensar, e é válido ajuizar assim. Tem o aparte o Deputado Luiz Roberto Soares.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Obrigado. Se for lícito, aceitar os

argumentos de V. Exa., evidentemente, que nenhum Governador realizaria nada, porque ficaria sempre à expectativa de que o próximo pudesse ter entendimento diverso do seu. E não me parece que isso seja uma boa postura legislativa.

V. Exa. usou duas expressões, recursos custosos e onerosos; nem uma coisa, nem outra. nobre Deputado, já disse ao nobre Deputado Deni Schwartz, de que o Governo está realmente negociando, porque ela é uma taxa muito privilegiada. Eu admitira que V. Exa. questionasse que o governo não explicitou na sua mensagem, quais as obras que pretende realizar, após a obtenção desse empréstimo.

Todavia, eu entendo que este é um problema que diz respeito exclusivamente ao Poder Executivo, que é o de dizer da conveniência ou não, de se fazer esta ou aquela obra. E à Assembléia, principalmente, à Oposição, cabe evidentemente questionar, a validade; cabe debater da conveniência, mas, não me parece que deva o Governador necessariamente, ter que explicitar as obras que pretende realizar, com a obtenção deste empréstimo. À "posteriori", V. Exa. terá oportunidade de sobra, para criticar as opções que eventualmente, o Governo fizer, com relação às prioridades que eleger como factíveis a curto prazo.

Em data vênica, nobre Deputado, acho que a argumentação tecida por V. Exa. não tem a substância que era de esperar, mas, de qualquer maneira, agradeço a oportunidade que me dá, para apartear-lo.

Acho que, de uma maneira inconveniente.

Era o aparte.

O SR. ENÉAS FARIA — Meu caro Deputado Luiz Roberto Soares, por etapa, atendendo o que V. Exa. pergunta: — questionar a "posteriori" e nada é a mesma coisa. Parece-me que o questionamento se deve dar e a dosagem de prioridades deve-se dar, agora; antes de que alguma coisa seja realizada. Entendemos assim.

O problema de custos eu não entrei em detalhes nem quero entrar, porque não conheço. Mas é o próprio Governo...

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. usou a expressão "custosos".

O SR. ENÉAS FARIA — ... e efetivamente o Governo não pagará um bilhão e 500 milhões, não irá ressarcir o empregador em um bilhão e 500 milhões; é o próprio Governo que diz no corpo da lei. Sobre isto incidirá juros, taxa adicional, comissões. Portanto, dinheiro onerado. Não sei se muito, ou se pouco, mas onerado. E de mais, Deputado, e isto é de sua lavra, dizer e pensar-se que haverá continuidade governamental em planificação, em programa de trabalho, em filosofia governamental; V. Exa. mesmo falando a voz do Governo, há pouco esteve nesta Casa, ao final do ano passado, dizendo que o Governo não remeteu e não remeteria o pluri-anual de investimentos, porque não queria avançar para a frente, porque planificaria até seu último dia de governo e deixaria para o próximo, para que o próximo procedesse.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. está omitindo um dado fundamental, nobre Deputado. Ocorre que o Governo já dispõe de uma série de projetos, apenas faltando os recursos. Não está projetando.

O SR. ENÉAS FARIA — É lícito pensar que tudo pode mudar.

É evidente. E mais do que lícito, nós ansiamos para que tudo mude. Mas é justo esperar que mude, que haja modificação. E este próprio Governo entende que haverá. Porque não planificou para a frente. Planificou seus 4 anos. Não quis nem remeter à Assembléia um pluri-anual, para não avançar na planificação do próximo Governo que virá.

Mas eu retorno, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O MDB, embora sem muita vontade, embora, sem muito prazer, embora sem muito desejar, daria, conferiria o seu voto favorável à concessão da autorização pleiteada. Apenas o fará e

o fará assim hoje nesta Casa, dentro de critérios e dentro de responsabilidades. Porisso a bancada do MDB apresentou e está sobre a mesa, um Substitutivo Geral a esta matéria, que modifica o texto original, basicamente em três aspectos. Traz para o corpo da lei, o que já diz na Mensagem, traz para o corpo da lei, a especificação dos setores onde serão aplicados esses recursos. E estabelece como condição para o aperfeiçoamento do ato autorizatório, a aprovação pela Assembléia, de especificação de obras e programas para a aplicação desses recursos e estabelece afinal um prazo fatal para cessar a autorização. É perfeitamente entendível e justificável se o próprio Governo anuncia que utilizará tais recursos em tais setores. É correto, que no corpo da lei se faça incluir os setores e os recursos. É justo e correto, por se tratar de uma complementação orçamentária; que se exceder receita, mas que se conheça a aplicação e se conheça a despesa. E ao final, é justo também, que se tenha uma data para cessar a autorização. Se esse Governo não concluir essas operações num prazo hábil, não tem necessidade mais de recursos.

Uma estrada não se constrói em dois meses; um prédio não se ergue em três meses; uma escola não se edifica em 4 meses. Ou esse Governo se utiliza, opera e recebe esses recursos em tempo hábil, para ele mesmo os aplicar, ou então este governo não tem necessidade desse dinheiro.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Emenda Substitutiva do MDB, para conferir o seu voto favorável a ele, dando condições de aprovação à autorização pleiteada, mas com critério e com responsabilidade. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Continua em discussão o Projeto de Lei número 179/77, e seu Substitutivo Geral. — Encerrada a discussão.

Em atendimento ao que dispõe o art. 102, item 2º, do Regimento Interno, combinado com o Art. 146, a Presidência dará preferência de votação ao Substitutivo Geral — apresentado pela Liderança do MDB e, ainda, atendendo imperativo regimental, em segunda discussão, a matéria será votada artigo por artigo.

Em votação o Art. 1º do Substitutivo Geral apresentado em Plenário, ao Projeto de Lei número 179/77.

Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como estão. Rejeitado o art. 1º do Substitutivo Geral.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência defere a solicitação do eminente Deputado e fará verificação de votação:

Regimentalmente, pela forma inversa.

Em votação o art. 1º e seus parágrafos, do Substitutivo Geral apresentado ao Projeto de Lei número 179/77.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. — (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam, o art. 1º e seus parágrafos do Substitutivo, queiram levantar-se. — (Pausa).

10 Srs. Deputados aprovam.

24 Srs. Deputados rejeitam. Rejeitado o Art. 1º. Automaticamente a Presidência considera prejudicados os demais artigos do Substitutivo Geral.

Colocará em votação o art. 1º da proposição original, ou seja, o Projeto de Lei número 179/77. Mensagem Governamental número 146/77.

Em votação o art. 1º do Projeto de Lei número 179/77, com o seu parágrafo único.

Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como estão. Aprovado o artigo primeiro e seu parágrafo único.

O SR. ENÉAS FARIA — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência defere e fará verificação de votação, colocando a matéria de forma inversa.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem. Requeiro que V.

Exa., antes, proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados. O SR. PRESIDENTE — A Presidência defere a solicitação do eminente Deputado Erondy Silvério e solicita que, depois de devidamente alertada a Casa o Sr. Primeiro Secretário faça a chamada nominal para constatação de "quorum".

(Soam os tímpanos).

O Sr. Primeiro Secretário fará a chamada nominal para constatação de "quorum".

(É feita a chamada). — (Pausa).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Responderam a chamada 39 Srs. Deputados.

A Presidência ainda, sobre a Questão de Ordem levantada pelo Sr. Deputado Enéas Faria, que solicita verificação de votação, colocará a matéria de forma inversa, de conformidade com o que estatui o Regimento Interno.

Em votação o Art. 1º e seu parágrafo único do Projeto de Lei número 179/77. Em votação. — (Pausa). — 27 Srs. Deputados aprovam, um rejeita. — APROVADO O ART. 1º, § ÚNICO.

O SR. ENÉAS FARIA (Pela ordem). — Sr. Presidente, apenas para que V. Exa. faça constar o voto de Liderança, o voto da Bancada, o voto do MDB, contrário à aprovação do projeto original.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência registra a declaração de voto de V. Exa. As notas taquigráficas, forçosamente, registraram o que, em Questão de Ordem, o Líder do MDB declarou.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Apenas para corrigir um equívoco. O sistema de votação dos legislativos estaduais é individual, pelos membros do Poder que se encontram no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Perfeito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Portanto, o nobre líder do MDB não pode declarar o voto contrário da bancada, porque diversos membros da bancada do MDB responderam a chamada, retiraram-se do plenário, sem enunciar o seu voto.

Essa a correção que quero que V. Exa. determine.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Com relação ao Sr. Deputado Erondy Silvério, esta Presidência registrou, não podia deixar de fazê-lo, o que, em questão de ordem, S. Exa. o Sr. Deputado Enéas Faria declarou.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Embora me sinta muito grato, Sr. Presidente, com a pretensão do eminente Deputado Erondy Silvério em professar lições do Regimento Interno, devo confessar a V. Exa., Sr. Presidente, e ao eminente Deputado, que procuro ser um discípulo aplicado e conheço e sei o Regimento desta Casa. Quando disse que votava contrariamente à Mensagem nos termos originais, apenas manifestei e manifesto, Sr. Presidente, a posição da bancada do MDB, simbolicamente contrária a esta aprovação.

De qualquer maneira, muito obrigado à experiência do eminente Deputado Erondy Silvério.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação o Artigo 2º do Projeto de Lei número 179/77. — APROVADO o Artigo 2º.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Eu peço a V. Exa. que, com a devida vênica, fique registrado o meu voto contrário ao projeto do governo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência não pode deixar de fazê-lo.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 12/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 08/77, ex-Proposição número 169/77, aprova o termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o Município de Santa Isabel do Oeste, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P., por unanimidade. — APROVADO.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 40/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 07/77, ex-Proposição número 168/77, aprova o termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o Município de Santa Fé, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, naquela comuna. Pareceres favoráveis da C.C.J., por maioria, da C.F. e C.P., por unanimidade. — APROVADO.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 255/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 25/77, ex-Proposição número 282/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Mariluz, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F., C.O.P.T.C. e C.P., por unanimidade. — APROVADO.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 377/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 119/77, ex-Proposição número 524/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Araruna, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de verbas e dotações que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P., por unanimidade. — APROVADO.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 378/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 122/77, ex-Proposição número 528/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e da Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, com o Município de Marilena, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública local. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P., por unanimidade. — APROVADO.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 380/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 121/77, ex-Proposição número 532/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Marmeleiro, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P., por unanimidade. — APROVADO.

A Presidência após votado o elenco de requerimentos sobre a Mesa, chama a atenção dos Srs. Deputados, porque ao término desta sessão, anunciará duas sessões para quinta e sexta-feira, pela manhã, respectivamente, com a Ordem do Dia que deve, talvez, merecer a atenção dos Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Zaions. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, solicitando dispensa de publi-

cação da redação final de diversos projetos de resolução. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silveiro, devidamente apoiado, constante do expediente, sugerindo para preenchimento da vaga de Ministro do Supremo Tribunal Federal, o nome do ilustre jurista e Senador Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho. — Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. ENÉAS FARIA — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, a louvável e oportuna iniciativa do eminente Deputado Erondy Silveiro, recebeu, o que muito me honra, a minha assinatura e meu apoio, como de resto de diversos Srs. Deputados de minha bancada.

Não desconhecemos, Sr. Presidente, a atuação do eminente Senador Accioly Filho; não desconhecemos a condição de um dos mais altos próceres do Partido Governista, no Paraná e no Brasil. Mas, não podemos desconhecer, também, Srs. Deputados, que se trata de uma das maiores autoridades em direito que o Paraná, em todos os tempos, produziu.

Não podemos deixar de reconhecer que, também, nesta área da Justiça, o Paraná se vê relegado há muito tempo. E, se caso, Sr. Presidente, os dois reconhecimentos de que ao Paraná se deve esta homenagem é que o Paraná possui um homem capaz para receber essa homenagem.

Portanto, nosso apoio e nosso voto favorável. O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação requerimento do Sr. Deputado Erondy Silveiro. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de congratulações para com a Cacique de Embalagens S/A. - Indústria e Comércio, sediada no Município de Londrina, tendo em conta o extraordinário exemplo prestado, quando ao concluir o ano de 1977, não teve um único acidente de trabalho registrado. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de pedido de informações, referente a obra viária ligando à BR-277 à Fábrica de Cimento Itambé. — Em discussão.

O SR. ERNESTO GNOATO — Para discutir, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão de conformidade com o art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de interceder junto às Diretorias dos Bancos do Brasil S/A., Estado do Paraná S/A. e Bamerindus, no sentido de que os referidos Bancos se habilitem junto a concordata do GRUPO FRIMESA S/A., com relação aos valores das notas promissórias rurais. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, lido da tribuna, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Educação e Cultura, visando a construção de unidade escolar em diversos bairros. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, visando a reforma, ampliação e reparos no prédio onde funciona o Fórum da Comarca de Jandaia do Sul. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando seja oficia-

do aos Srs. Ministro da Agricultura, Delegado do Ministério da Agricultura em nosso Estado e Secretário da Agricultura, encarecendo sejam liberadas, para plantio de frutas cítricas, as terras litorâneas nas cidades de Guaratuba, Paranaguá, Matinhos, Antonina, Morretes e Guaraqueçaba, ora interditas sob a alegação da ameaça do cancro-cítrico. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando voto de louvor à Cooperativa Agropecuária Guarany Ltda., pela homenagem ao Doutor Eloy Gomes. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhada cópia de inteiro teor do pronunciamento feito pelo requerente em sessão do dia 30 de novembro passado. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado expediente ao IBDF, encarecendo providências imediatas e objetivas, no sentido de só autorizar a execução de novos projetos de reflorestamento após audiência, sobre a conveniência social e econômica. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhada sugestão ao Sr. Secretário da Agricultura, no sentido de que através do órgão competente daquela Pasta, que promove a "Campanha de Erradicação do Cancro-Cítrico" em nosso Estado, seja fixada, após entendimentos e com a participação dos próprios agricultores, data para erradicação. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o registro nos trabalhos da presente sessão, da passagem do 18º aniversário de falecimento do ex-Senador Abilon de Souza Naves.

A Presidência deve esclarecer que S. Exa. apresentou este requerimento no último dia de sessão, do período ordinário. E esta matéria havia ficado sobrestada juntamente com volumosa matéria. Naquela época a discussão foi encerrada e por falta de "quorum" deixou de ser apreciada. Sendo que a matéria no seu bojo envolve o mérito na pretensão justa de S. Exa. homenagear um dos maiores vultos da política e história do Paraná, a Presidência coloca em votação. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, no sentido de estudar a viabilidade de instalação de um posto de serviço telefônico no km 90, da BR-277, trecho Palmeira-Irati. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da "Carta de Curitiba", originária do PAINEL DE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL da UFPR. — APROVADO. (A matéria a ser transcrita, acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando voto de congratulações pelo 25º aniversário de instalação do Município de Jandaia do Sul. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Secretários da Educação e Cultura e da Administração, bem como ao Sr. Presidente da FUNDEPAR, visando providências objetivas e imediatas para a construção de sede própria para a "Escola de Primeiro Grau Padre Magno", da cidade

de Jacarezinho. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando voto de louvor ao jornalista e compositor Matinósio Filho. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando voto de congratulações ao Clube "Paraguai", de Paranaguá, pela brilhante conquista do título de campeão do VIII Campeonato Paranaense de Futebol de Pelada "Bamerindus". — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando o envio de denúncia escrita pelo Pastor Gernote G. Kirinus, membro da Comissão Pastoral da Terra, Regional do Paraná, pela prática de crimes e impunidade dos mesmos, pelas autoridades do Município de Aral Moreira, no Mato Grosso do Sul. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando o envio à diversas autoridades, cópia de inteiro teor do pronunciamento feito pelo requerente da tribuna, em sessão do dia 5 de dezembro de 1977. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 5, quinta-feira, à hora regimental com a seguinte.

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução números 322/77, 327/77, 334 a 339, 350 a 356, 358, 359, 362 a 371, 373 a 376, 379, 382 a 388, 390 a 396/77.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 179/77.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 12, 40, 255, 377, 378 e 380/77.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 203 e 331/77.

Marcando ainda uma sessão para sexta-feira, dia 6, às 10,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 179/77.

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução números 14/74, 37/74, 397 a 465/77.

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 12, 40, 255, 377, 378 e 380/77.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 203 e 331/77.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 01, 02 e 03/78.

Levanta-se a sessão.

Matéria cuja transcrição nos anais da Casa, foi aprovada a requerimento do Sr. Deputado Accioly Neto, em sessão do dia 4 de janeiro de 1978.

"CARTA DE CURITIBA

Os professores, magistrados, membros do Ministério Público, advogados e estudantes, membros natos, inscritos e assistentes do PAINEL DE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL EM HOMENAGEM AO PROFESSOR LAERTES DE MACEDO MUNHOZ, entendendo serem DIREITOS HUMANOS DA PERSONALIDADE a vida, a integridade física e da saúde, a honra, a liberdade física e de opinião, portanto indispensáveis para o seu titular e sacrais para o Estado, consideram que o direito penal e o direito processual penal, comprometidos com o Estado de Direito, devem se fundamentar, entre

outros, nos seguintes princípios:

1. — A legislação penal tem como finalidade primordial limitar o poder punitivo do Estado.
2. — As sanções penais, pela gravidade de que se revestem, devem ficar reservadas para as condutas intoleráveis à livre realização da personalidade ética do homem.
3. — O direito penal liberal é incompatível com a tipificação de condutas inspiradas na preocupação de impor concepções morais ou de ajudar o destinatário da norma.
4. — O direito penal deve ser escoimado das infrações para as quais a pena é desnecessária ou comprovadamente inútil.
5. — A segurança nacional é o somatório da segurança de cada cidadão, quanto aos seus direitos humanos fundamentais. Conseqüentemente, a legislação sobre segurança nacional deve manter apenas as infrações realmente graves, excluindo as condutas de simples exposição de idéias filosóficas e ou políticas. De qualquer forma, a pena deve guardar proporcionalidade com a gravidade das infrações.
6. — O direito penal liberal é incompatível com a pena fundamentada na periculosidade. A sanção penal só é justa quando imposta em relação à culpabilidade, entendida como a censura pessoal sobre quem tinha condições de abster-se da ação.
7. — O direito penal não é responsável pelo combate à criminalidade. Compete-lhe apenas ofertar um elenco de penas que permita uma integração harmônica entre os seus fins e o direito individual de liberdade.
8. — As exigências de funcionamento e eficiência do Poder

Judiciário não podem prevalecer sobre os valores de justiça, igualdade e paz social.

9. — A busca, pelo Estado contemporâneo, de maior eficiência administrativa, através de crescente burocratização, deve compatibilizar as perspectivas e contribuições dos humanistas com as dos técnicos.

10. — A independência do Poder Judiciário é condição irrenunciável à realização da Justiça penal.

11. — A justa aplicação do direito penal só é possível através de julgamento presidido por autoridade jurisdicional independente e imparcial.

12. — A lei processual que prejudique o direito de defesa ou que desconsidere a garantia constitucional de contraditório, não deve ser aplicada.

13. — A detenção ou a prisão de qualquer pessoa deve ser precedida de controle jurisdicional. A prisão para averiguações é incompatível com os postulados democráticos do direito processual.

14. — A prisão provisória só deve ser tolerada em casos excepcionais.

15. — A pessoa acusada da prática de um delito, antes da sentença trânta em julgamento, deve ser presumida inocente. A presunção da inocência é um direito individual supra-constitucional.

16. — O direito processual penal democrático é incompatível com qualquer restrição ao remédio constitucional do "HABEAS CORPUS".

Curitiba, dezembro de 1977."